

# Parcela extra do FPM é liberada

# Ações do governo federal de ajuda ao RS chegam a 70 bi

Ricardo Stuckert - PR

## HORA DO POVO

ANO XXXIV - Nº 3.954 22 a 28 de Maio de 2024



Câmara dos Deputados

## Lula reúne ministros para ampliar o apoio ao Rio Grande do Sul

O presidente Lula se reuniu no sábado (18) com o secretário especial para o RS e outros ministros no Palácio da Alvorada para discutir as medidas de apoio ao Rio Grande do Sul. O governo federal já garantiu a transferência de um montante total que chega

próximo de R\$ 70 bilhões para a reconstrução no Estado e anunciou, na sexta-feira (17), o pagamento de uma parcela extra do Fundo de Participação dos Municípios (FPM) para cidades em estado de calamidade. A estimativa é que R\$ 192,7 milhões sejam transferidos para 46 ou 47 municípios. **Pág. 3**



## 'Intromissão' na Petrobrás é mudar o estatuto para pagar 400 bi de dividendos, denuncia Gleisi

"Querem saber o que foi um intervencionismo escandaloso? A mudança no estatuto feita por Bolsonaro e Guedes em 2021, garantindo aos acionistas 45% do caixa livre da empresa. Por isso a Petrobrás pagou mais de R\$ 400 bilhões em dividendos em apenas 3 anos, praticamente o valor da empresa", denunciou a presidente nacional do PT, deputada Gleisi Hoffmann (PR). **Pág. 3**

## Biden envia mais US\$ 1 bilhão em armas para Israel

No momento em que Netanyahu ordena a suas hordas que avancem com tanques sobre Rafah, Joe Biden enviou ao Congresso mais um pacote de US\$ 1 bilhão em armas para Netanyahu. **Página 7**



**Nas bancas toda quarta e sexta-feira**

# Inadimplência cresce em abril e atinge 68 milhões de brasileiros

Reprodução



Dr. Adnan Al Bursh (esquerda) ao atender crianças no Hospital Al Shifa (Gaza). Ele foi torturado até a morte

## Israel mata sob tortura diretor do hospital Al Shifa, em Gaza

Foi morto sob tortura em prisão israelense o ortopedista Adnan Al Bursh, diretor do hospital Al Shifa, invadido pelas tropas de Netanyahu em meio ao genocídio em Gaza. Um dos testemunhos das tor-

turas infligidas ao destacado médico é um colega seu que o encontrou em uma prisão perto de Be'er Sheva, cidade que fica à entrada do deserto de Neguev, ao sul de Israel. "Nós mal o reconhecemos", disseram

colegas, que também passaram pela detenção, em declaração anônima ao jornal israelense Haaretz. "Estava claro que ele tinha passado pelo inferno - tortura e humilhações - e privação de sono. Ele sentia dores

e sofria com uma forte falta de comida. Nós tentamos falar com ele e acalmá-lo, mas ele estava em choque e parecia assustado e com dor. Ele era uma sombra do homem que conhecíamos". **Página 7**

Na esteira do juro alto e da economia travada, em abril deste ano, a inadimplência seguiu avançando sobre os lares brasileiros, ao atingir 68,76 milhões de pessoas no país, o que corresponde a uma alta de 2,84% ante abril de 2023. O dado faz parte de uma pesquisa realizada pela Confederação Nacional de Dirigentes Lojistas (CNDL), em parceria com Serviço de Proteção ao Crédito (SPC Brasil), divulgada na terça-feira (16). Frente a março de 2024, o número de inadimplentes cresceu 0,40%. Quatro em cada dez brasileiros adultos (41,82%) estão negativados em abril de 2024. **Página 2**

## Após manter juro na lua, Campos Neto diz que não deve satisfação

O presidente do BC, Roberto Campos Neto, afirmou que não precisa dar satisfação de suas decisões a ninguém. "É uma prerrogativa do Banco Central, que tem autonomia. Nunca fiz isso no governo anterior e com certeza não planejo fazer neste", disse, ao comentar a redução do ritmo da queda dos juros, que implicou no aumento do juro real. **Página 2**

## Eduardo Leite nomeia destruidor de estatal para a Reconstrução

O governador do Rio Grande do Sul, Eduardo Leite, anunciou a criação da Secretaria da Reconstrução Gaúcha e convidou para comandar a pasta Pedro Capeluppi. Ele foi assessor do ministro da Economia de Bolsonaro, Paulo Guedes, e um dos responsáveis pelos projetos de "desinvestimentos" e privatizações ocorridos no governo anterior. **P. 4**

# CTB e Confederações debatem pacto para salvar indústria

Pág. 5

## Transição ou diversificação energética?

ALLAN KARDEC DUAİLIBE\*

Hannah Arendt influenciou profundamente o pensamento contemporâneo em campos como filosofia política, teoria do totalitarismo, ética e modernidade. Nascida em 1906 na Alemanha e falecida em 1975 nos Estados Unidos, Arendt é conhecida por sua análise incisiva sobre as raízes e a natureza do poder, autoridade e o mal, assim como sobre a condição humana.

Ela criou o conceito da “verdade dos fatos”, que se refere à realidade objetiva dos eventos e circunstâncias, algo que pode ser empiricamente confirmado e geralmente aceito como verdadeiro. Ela defendia que essa verdade é essencial para uma base comum de entendimento em uma sociedade democrática.

Sem o reconhecimento e o respeito pelos fatos objetivos, argumentava Arendt, o diálogo político e o debate se tornam impossíveis, pois não há uma base comum sobre a qual construir discussões ou tomar decisões. Em suas obras, ela explora como a verdade e os fatos podem ser distorcidos para fins políticos, levando a uma desconexão da realidade que pode ser extremamente perigosa para a sociedade.

É nesse contexto que cabe um debate sobre um conceito aparentemente consolidado na sociedade de hoje: o de “transição energética”. A palavra “transição” refere-se ao processo ou período de mudança de um estado ou condição para outro. Ele é binário, implica em estados diferentes e mutuamente excluídos: morto/vivo, quente/frio, dia/noite, seco/molhado.

Cabe-nos, então perguntar: houve, na história das fontes energéticas, algum processo de transição energética, de substituição de fontes, digamos, de carvão para petróleo, gás para solar ou algo similar? Para isso, convide a observar o gráfico abaixo, que abrange os últimos dois séculos e mostra basicamente a história das fontes energéticas. (Confira o gráfico no site do HP, veja o link no final da matéria)

Registro importante: nesses mais de duzentos anos, ocorreram duas grandes guerras mundiais, duas revoluções comunistas, dezenas de guerras entre os países, e descolonização de continentes inteiros. Verifiquemos se, em algum momento, esses eventos diminuíram o consumo de energia planetária – de qualquer fonte energética!

Por outro lado, devemos tentar entender a transição energética como uma teoria científica? Ou seja, sujeita ao conceito de “falseabilidade” de Popper?

Karl Popper argumentava que a marca distintiva das teorias científicas é a falseabilidade, ou seja, a capacidade de serem potencialmente refutadas por meio de testes ou experimentos. Segundo ele, uma teoria científica deve fazer previsões específicas que possam ser testadas e, potencialmente, provadas como falsas.

Uma possível teoria seria “haverá substituição ou troca de fontes com a extinção de uma ou algumas”. Analisando-se o gráfico, conclui-se que não é verdadeira a exclusão de alguma fonte e sua consequente substituição: não está acontecendo e parece que não irá acontecer, já que há uma tendência de aumento exponencial de todas as elas, exceção feita à biomassa e energia nuclear, que permaneceram estáveis.

Enfim, não seria ela, no fundo, uma proposta política de grande apelo e vitoriosa nos últimos anos? Historicamente, não há um marco exato de quando o termo “transição energética” surgiu. De fato, o conceito moderno ganhou destaque no contexto das crises energéticas dos anos 1970, quando o embargo do petróleo árabe levou a um aumento dramático nos preços e incentivou os países a repensarem suas dependências de fontes de energia importadas. Daí surgiu, por exemplo, o “Pró-Alcool” brasileiro.

Se a transição energética for uma proposta política, devemos encará-la como tal e debatê-la no contexto devido! Talvez a primeira preocupação deva ser uma sua primeira consequência: um mundo polarizado, o chamado “Fla-Flu” nas discussões, com todas as consequências sombrias para a sociedade de hoje que enfrentamos em outras áreas, inclusive na política partidária.

O artigo continua no site do HP: <https://horadopovo.com.br/transicao-ou-diversificacao-energetica-por-allan-kardec/>

\*Allan Kardec Duailibe Barros Filho, PhD pela Universidade de Nagoya, Japão, professor titular da UFMA, ex-diretor da ANP, membro da AMC, presidente da Gasmar

Artigo reproduzido da Coluna do Kardec no site imirante.com

# Campos Neto diz que não deve satisfações sobre juros na lua

Foto: Marcelo Camargo/Agência Brasil



Campos Neto, presidente do BC, sabota a economia e afronta o setor produtivo

## Inadimplência cresce em abril e atinge 68,76 milhões de brasileiros, diz CNDL

Quatro em cada dez brasileiros (41,82%) estão inadimplentes com bancos e contas básicas, como água e luz, aponta pesquisa de diretores lojistas

Em abril deste ano, a inadimplência seguiu avançando sobre os lares brasileiros, ao atingir 68,76 milhões de pessoas no país, o que corresponde a uma alta de 2,84% ante abril de 2023. O dado faz parte de uma pesquisa realizada pela Confederação Nacional de Dirigentes Lojistas (CNDL), em parceria com Serviço de Proteção ao Crédito (SPC Brasil), divulgada na terça-feira (16). Frente a março de 2024, o número de inadimplentes cresceu 0,40%.

Com quatro em cada dez brasileiros adultos (41,82%) negativados em abril de 2024, a inadimplência voltou a bater

recorde no Brasil.

“O número de inadimplentes em abril de 2024 é o maior da série histórica do SPC Brasil”, destaca o presidente do SPC Brasil, Roque Pellizzaro Júnior. Em nota, a CNDL informou que “o crescimento do indicador anual se concentrou no aumento de inclusões de devedores com tempo de inadimplência de 1 a 3 anos (17,38%)”.

Apesar dos esforços do governo Lula para derrubar a inadimplência, via iniciativa de programas, como o “Desenrola”, por exemplo, o contingente de devedores segue enfrentando dificuldades provenientes dos juros

ainda altos, por um lado, e a renda apertada pelo trabalho precarizado a perda salarial, por outro. Sem atacar de fato esses dois problemas, o governo terá que prorrogar o desenrola por vários anos.

Em abril, cada brasileiro com seu CPF negativado devia, em média, R\$ 4.392,20, sendo a maior parte das dívidas atreladas a bancos, com 64,77% do total.

Leia mais no site do HP: <https://horadopovo.com.br/inadimplencia-cresce-em-abril-e-atinge-6876-milhoes-de-brasileiros-segundo-diretores-lojistas/>

Foto: Helena Pontes/Agência IBGE Notícias



## No 1º trimestre, desemprego sobe em 8 estados e cai em apenas um, aponta IBGE

O desemprego avançou em oito das 27 unidades da federação (UFs) no primeiro trimestre de 2024, informou o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), nesta sexta-feira (17).

No trimestre, a taxa de desemprego nacional foi de 7,9%, o que corresponde a uma alta de 0,5 ponto percentual (p.p.), quando comparado ao quarto trimestre de 2023 (7,4%). Já o contingente de brasileiros desempregados no país cresceu 6,7%, na mesma base de comparação.

Em números absolutos, há 8,6 milhões de brasileiros em busca de vagas de emprego no país, sem encontrar.

Entre as oito UFs que demonstraram crescimento no desemprego, estão: Acre (+2,2%), Bahia (+1,4%), Maranhão (+1,3%), Mato Grosso do Sul (+1%), Minas Gerais (+0,6%), Rio Grande do Sul (+0,6%), Santa Catarina (+0,6%) e São Paulo (+0,5%). No Amapá (-3,4%) houve queda na taxa de desocupação e as 18 UFs restantes apresentaram estabilidade em suas taxas.

As maiores taxas de desemprego foram verificadas na Bahia (14,0%), Pernambuco (12,4%) e Amapá (10,9%) e as menores, de Rondônia (3,7%), Mato Grosso (3,7%) e Santa Catarina (3,8%).

Por região, o desemprego

### INFORMALIDADE

A taxa de informalidade permanece muito elevada no país, ficou em 38,9% da população ocupada (100,2 milhões de pessoas) no primeiro trimestre de 2024. Estima-se que existem no país cerca de 38,9 milhões de brasileiros exercendo atividades de trabalho informal – sem direitos trabalhistas, ocupação de trabalho de baixa qualidade e de baixa remuneração, que muitas vezes não chegam a sequer meio salário mínimo (R\$ 706).

As maiores taxas de informalidade ficaram com Maranhão (57,5%), Pará (56,7%) e Piauí (54,9%) e as menores, com Santa Catarina (27,4%), Distrito Federal (30,7%) e São Paulo (31,0%).

No país, o percentual da população ocupada do país trabalhando por conta própria foi de 25,4%. Entre as UFs com maiores percentuais, estão: Rondônia (35,0%), Bahia (32,9%) e Maranhão (32,6%) e os menores, do Distrito Federal (20,4%), Mato Grosso do Sul (21,1%) e Tocantins (21,2%).

Já a taxa de subutilização

“É uma prerrogativa do Banco Central, que tem autonomia. Nunca fiz isso no governo anterior e com certeza não planejo fazer neste”, disse

O presidente do Banco Central, Roberto Campos Neto, afirmou, em entrevista ao jornal Estado de S. Paulo, na sexta-feira (17), que não precisa dar satisfação de suas decisões a ninguém. “É uma prerrogativa do Banco Central, que tem autonomia. Nunca fiz isso no governo anterior e com certeza não planejo fazer neste”, disse, ao comentar a redução do ritmo da queda dos juros.

Na verdade, Campos Neto não quer dar “satisfação” ao governo eleito democraticamente porque ele só presta contas de seus atos aos banqueiros. Estes exigem juros altos para aumentar seus ganhos bilionários com a especulação financeira. Só este ano, os bancos vão embolsar 740 bilhões de reais de juros. Esse valor é muito mais do que as verbas para a Saúde, a Educação, a Ciência e Tecnologia. Se for computada a rolagem da dívida, os gastos financeiros do país consomem metade do Orçamento Geral da União.

O país inteiro vem exigindo a redução mais acelerada dos juros praticados pelo BC, que são dos mais altos do mundo, para ser exato, são o segundo maior juros do mundo, segundo o site Moneyou. Os juros estão estrangulando a economia e vinham caindo à conta-gotas, ou seja apenas meio ponto percentual a cada reunião do Copom. Na última reunião, prevaleceu a posição de Campos Neto, de redução ainda menor dos juros, de apenas 0,25 ponto percentual.

E sobre essa decisão absurda, que mantém o país asfiado e estagnado, que o presidente do BC disse que não tem que dar satisfação. Como se não tivesse nenhuma repercussão para a sociedade uma medida como essa. Uma medida que, na verdade, descontada a inflação, significa elevação e não queda do juro real, que é o que interessa para a economia.

A cada um ponto percentual de redução dos juros, o governo deixaria de pagar cerca de R\$ 40 bilhões de juros aos banqueiros. Ou seja, são mais recursos que poderiam ser destinados aos investimentos produtivos, nos programas sociais e na criação de empregos.

## Arroz importado custará até R\$ 4 o quilo, garante Conab

O anúncio pelo governo federal da compra de 104 mil toneladas de arroz para manter o mercado nacional abastecido e evitar o aumento de preços diante da tragédia que atingiu o Rio Grande do Sul, o maior produtor de arroz do país, será adquirido no mercado internacional através da Conab (Companhia Nacional de Abastecimento). Segundo divulgou o órgão, na quarta-feira (15), o arroz chegará para os consumidores brasileiros por preço subsidiado pelo governo no máximo por R\$ 4 o quilo.

“O arroz que vamos comprar terá uma embalagem especial do governo federal e vai constar o preço que deve ser vendido ao consumidor. O preço máximo ao consumidor será de R\$ 4 o quilo”, reforça o presidente da Conab, Edegar Pretto.

A meta do governo federal é atingir um milhão de toneladas de arroz, beneficiado ou em casca, para recomposição dos estoques públicos. Nesta primeira fase, as 104 mil toneladas de arroz serão destinadas à venda para pequenos varejistas e equipamentos públicos de segurança alimentar e nutricional das regiões metropolitanas dos estados de São Paulo, Bahia, Minas Gerais, Rio de Janeiro, Pernambuco, Pará, Ceará, informou o ministério.

O alimento virá sobretudo do parceiro do Brasil no Mercosul, que tem vantagens tributárias, com destaque para o Paraguai.

O pacote de 5 quilos de arroz deve ser vendido por preço máximo de R\$ 20, o que já considera a margem de venda dos pequenos comerciantes, mercados e mercearias. Para garantir esse preço, o governo investirá em subsídio, em média, R\$ 5

A presidente nacional do PT, a deputada Gleisi Hoffmann, criticou a fala de Campos Neto. “É fato que Campos Neto não avisa o governo de suas pretensões em relação a política de juros, como ele disse. Avisa o mercado. Foi o que fez, com quase um mês de antecedência, numa palestra nos EUA, dizendo que o Copom ia mudar o ritmo do corte dos juros”, apontou a deputada.

“E agora está avisando de novo, em entrevista ao Estadão, que deve interromper a queda na próxima reunião. Sabota a economia e até a política fiscal com seu comportamento irresponsável e arrogante”, acrescentou. “A tal autonomia do BC, nas mãos de um presidente bolsonarista, é só em relação ao governo eleito contra sua vontade. Para o mercado e os especuladores ele entrega tudo, de mão beijada e com antecedência”, disse Gleisi.

A Confederação Nacional da Indústria (CNI) também criticou a decisão do BC sobre os juros. A entidade calcula um juro real de 6,9%, ainda maior que o apontado por outras consultorias. “Além do quadro de inflação controlada, outra razão para cortes mais intensos da Selic são os prejuízos que as taxas de juros reais elevadas provocam na economia. Mesmo com os cortes já realizados, a taxa de juro real está em 6,9% ao ano”.

De acordo com o presidente da CNI, Ricardo Alban, a decisão do Copom de reduzir apenas 0,25 p.p. “é incompatível com o atual cenário de inflação controlada e torna impraticável continuar o projeto de reindustrialização do país com altos níveis de taxa de juros”.

O deputado Orlando Silva (PCdoB-SP) considerou a decisão de Campos Neto, que desempatou a reunião do Copom pela redução menor dos juros, de “pura ideologia e sabugismo ao mercado”. Ele disse que “não há rigorosamente nenhum fundamento para diminuir o ritmo e sinalizar freio no corte da Selic”. “A insensibilidade e falta de conexão com a realidade do Banco Central é uma verdadeira afronta às necessidades do país e anseios do povo”, denunciou o parlamentar.

por cada pacote de 5 quilos.

### PRODUTORES GAÚCHOS

O Rio Grande do Sul responde por 70% da produção de arroz no país e quase 80% da safra do ano já havia sido colhida antes das chuvas no estado e suas trágicas consequências. Ainda assim, há dificuldade de acessar armazéns e transportar a produção para o resto do país, o que poderá afetar os preços do arroz nos próximos meses.

De acordo com o ministro da Agricultura e Pecuária, Carlos Fávaro, “o governo federal não pensa em hipótese alguma concorrer com os produtores de arroz que passam por dificuldades. Nosso objetivo é evitar especulação financeira e estabilizar o preço do produto nos mercados de todo o país”. “É arroz pronto para consumo, já descascado, para não afetar a relação de produtores, cerealistas e atacadistas”, completou o ministro, ao divulgar a portaria sobre a importação de arroz.

Em São Paulo, na quarta-feira (15), o ministro Fávaro declarou que o governo quer tranquilizar os produtores gaúchos e anunciou que “teremos uma medida provisória muito em breve que dará benefícios aos produtores de arroz do Rio Grande do Sul”.

“Temporariamente nós temos o risco da especulação do desabastecimento, por isso estas são medidas cautelosas, mas aguardem os próximos dias. Os produtores de arroz devem ficar tranquilos porque eles também terão medidas de incentivo. O governo está agindo de forma comedida, mas com total transparência e com olhar de futuro para os produtores brasileiros”, declarou Fávaro.

Escreva para o HP  
[horadopovo@horadopovo.com.br](mailto:horadopovo@horadopovo.com.br)

**HP**  
**HORA DO POVO**  
é uma publicação do  
Instituto Nacional de  
Comunicação 24 de agosto  
Rua Mazzini, 177  
Cambuci - CEP: 01528-000  
São Paulo-SP  
E-mail: [inc24agosto@gmail.com](mailto:inc24agosto@gmail.com)  
C.N.RJ 23.520.750/0001-90

Editor-Geral: Clóvis Monteiro Neto  
Redação: fone (11) 2307-4112  
E-mail: [horadopovo@horadopovo.com.br](mailto:horadopovo@horadopovo.com.br)  
E-mail: [comercial@horadopovo.com.br](mailto:comercial@horadopovo.com.br)  
E-mail: [hp.comercial@uol.com.br](mailto:hp.comercial@uol.com.br)  
Redação: Rua Mazzini, 177 - São Paulo - CEP: 01528-000  
**Sucursais:**  
**Rio de Janeiro (RJ):** IBCS - Rua Marechal Marques Porto 18, 3º andar, Tijuca - Fone: (21) 2264-7679  
E-mail: [hpri@oi.com.br](mailto:hpri@oi.com.br)  
**Brasília (DF):** SCS Q 01 Edifício Márcia, sala 708 - CEP 70301-000  
Fone-fax: (61) 3226-5834 E-mail: [hp.df@ig.com.br](mailto:hp.df@ig.com.br)  
**Belo Horizonte (MG):** Rua Mato Grosso, 539 - sala 1506 Barro Preto CEP 30190-080 - Fone-fax: (31) 271-0480  
E-mail: [horadopovomg@uol.com.br](mailto:horadopovomg@uol.com.br)  
**Salvador (BA):** Fone: (71) 9981-4317 - E-mail: [horadopovobahia@oi.com.br](mailto:horadopovobahia@oi.com.br)  
**Recife (PE):** Av. Conde da Boa Vista, 50 - Edifício Pessoa de Melo, sala 300 - Boa Vista - CEP 50060-004  
Fones: (81) 3222-9064 e 9943-5603  
E-mail: [horadopovo@yaho.com.br](mailto:horadopovo@yaho.com.br)  
**Belém (PA):** Avenida Almirante Barros/Passagem Ana Deus, 140 Curio-Utinga - CEP 66610-290. Fone: (91) 229-9823  
**Correspondentes:** Fortaleza, Natal, Campo Grande, Rio Branco, João Pessoa, Cuiabá, Porto Alegre, Florianópolis e Curitiba.

[www.horadopovo.com.br](http://www.horadopovo.com.br)



Zeca Ribeiro/Câmara

Presidente do PT, deputada Gleisi Hoffmann

## Gleisi: 'intromissão' é mudar o estatuto da Petrobrás para pagar R\$ 400 bi de dividendos

A presidente nacional do PT, deputada Gleisi Hoffmann (PR), usou suas redes sociais para criticar os editorialistas de certa imprensa que não querem que o acionista majoritário da Petrobrás, isto é o governo, decida nada sobre os destinos da empresa. "Vamos desenhar para os editorialistas e outros porta-vozes do mercado", disse ela.

"1) A Petrobrás foi criada em 1953 (contra a vontade da mídia) com dinheiro do governo federal, ou seja, do povo brasileiro. Com trabalho e talento tornou-se uma empresa estratégica para o país.

"2) Apesar da entrega de boa parte de suas ações, principalmente a estrangeiros, nos governos neoliberais, o governo federal ainda é o maior acionista e tem responsabilidade sobre as políticas da estatal.

"3) O presidente da República é eleito pelo povo para governar o país, definir prioridades, nomear ministros e dirigentes de estatais, inclusive a Petrobrás. Se outros decidirem os rumos da empresa que pertence ao país e ao povo, aí sim teríamos uma "intervenção".

"4) Qualquer acionista da Petrobrás, brasileiro ou estrangeiro, conhece essas regras. Só os ingênuos se desfazem de suas ações quando os espertos espalham o terror, para lucrar muito ali adiante.

"5) Querem saber o que foi um intervencionismo escandaloso?

"A mudança no estatuto feita por Bolsonaro e Guedes em 2021, garantindo aos acionistas 45% do caixa livre da empresa. Por isso a Petrobrás pagou mais de R\$ 400 bilhões em dividendos em apenas 3 anos, praticamente o valor da empresa.

"Não adianta gritar: enquanto Lula exercer o mandato que o povo lhe conferiu, a Petrobrás será do Brasil, para servir e orgulhar o país", completou Gleisi.

# Governo libera FPM ao RS e ajuda chega a R\$ 70 bilhões



Márcio Batista/MRE

Lula já foi três vezes ao Rio Grande do Sul e planeja ir uma quarta vez à terra gaúcha

## Lula defende liberdade para Assange

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva defendeu no domingo (19) a liberdade do jornalista Julian Assange, preso no Reino Unido devido a denúncias feitas por ele de crimes de guerra cometidos pelos Estados Unidos (EUA) na invasão do Iraque.

O governo americano acusa o jornalista de ter divulgado informações secretas e abriu 18 acusações processos contra ele, que podem levá-lo a 175 anos de prisão nos EUA.

Lula defendeu Assange na véspera da decisão do Supremo Tribunal britânico sobre a extradição ou não do jornalista australiano, fundador do site WikiLeaks, para os Estados Unidos.

Na segunda-feira (20), Assange obteve da Alta Corte de Londres o direito de apelar da ordem de extradição para os EUA, com o tribunal decidindo que as "garantias" de Washington não atendiam à exigência de que o jornalista gozasse, em solo norte-americano, da defesa da Primeira Emenda, a que con-

sagra a liberdade de expressão, e o jornalista terá direito a uma audiência para contestar a extradição.

O presidente brasileiro afirmou em suas redes sociais que o jornalista deveria ter sido premiado por revelar "segredos dos poderosos" em vez de estar preso: "espero que a perseguição contra Assange termine e ele volte a ter a liberdade que merece o mais rápido possível."

Assange está detido na prisão de Belmarsh, no sul de Londres, desde que foi preso em 11 de abril de 2019 a pedido de Washington, após sete anos na Embaixada do Equador em Londres.

Todos os seus recursos no Reino Unido teriam sido esgotados e o processo de extradição para os Estados Unidos teria sido iniciado, sob a Lei de Espionagem de 1917. Uma das últimas opções para evitar a sua transferência para os EUA seria recorrer ao Tribunal Europeu dos Direitos Humanos.

A plataforma WikiLeaks foi fundada por Assange em 2006, mas

ganhou destaque em 2010, quando começou a publicar denúncias de crimes de guerra cometidos pelos EUA.

Em 2010, foi publicado material no qual se podia constatar que após um ataque lançado em 2007 por um helicóptero militar dos EUA em Bagdá, no Iraque, pelo menos 18 civis morreram.

A secretária-geral da Anistia Internacional, Agnès Callamard, afirmou, recentemente, que "o processo em curso contra Assange zomba das obrigações dos Estados Unidos sob o direito internacional e do seu compromisso declarado com a liberdade de expressão".

Assange, continuou, ousou trazer à luz "revelações de alegados crimes de guerra cometidos pelos Estados Unidos", algo que o país não conseguiu investigar de forma completa e transparente. "Em vez disso, optaram por agir contra Assange por publicar informações que lhe foram vazadas, embora fossem de interesse público", denunciou a responsável.

## Fábrica de mentiras atrapalha o socorro das FFAA às vítimas no RS, denuncia Tomás Paiva

O general Tomás Paiva, comandante do Exército, denunciou na quarta-feira (15), em entrevista ao Estadão, a ação criminosa das milícias bolsonaristas que estão atrapalhando, com suas mentiras e fake news, as operações de socorro às vítimas das enchentes no rio Grande do Sul.

"A desinformação é o que mais tem prejudicado nosso trabalho. Ela impede a sinergia que é fundamental para as ações que são imprescindíveis neste momento nos órgãos governamentais", explica o Comandante do Exército.

As Forças Armadas estão em peso no Rio Grande ajudando a salvar vidas. "Essa desin-

formação põe em xeque todo o trabalho realizado pelas agências envolvidas, que são muitas, com milhares de pessoas trabalhando, criando descrença e confusão, em um momento que todos precisam trabalhar afinados", acrescenta o general Paiva, que informa que Taquari 2, nome dado à Operação pelo Comando Conjunto Sul, já conta com mais de 20 mil militares, policiais e agentes, trabalhando nos mais de 400 municípios.

Sobre o Exército, mais do que desinformar, as fake news investem contra a imagem da instituição. As milícias bolsonaristas, inconformadas com a posição dos militares contra o golpe tentado por Bolso-

naro, atacam os oficiais de todas as maneiras possíveis. Seguidores do golpista tratam os militares legalistas com desrespeito e recalque.

O presidente Lula já havia denunciado também os que ele chamou de "provocadores baratos" que se aproveitam do sofrimento alheio para espalhar mentiras. "Não sabia que existia uma espécie de ser humano tão canalha como a dos caras que fazem fake news", afirmou Lula em entrevista ao jornal O Globo. O presidente condenou a facilidade com que as informações falsas se disseminam pelas redes sociais. "É mais fácil falar a mentira e falar mal do que falar a verdade", disse Lula.

## Parlamentares bolsonaristas sabotam socorro às vítimas da tragédia no RS com fake news

Parlamentares e perfis bolsonaristas estão entre os principais disseminadores de fake news sobre as enchentes no Rio Grande do Sul e atrapalham o socorro à população gaúcha, mostra levantamento feito pelo Globo.

As publicações que circulam nas redes sociais mentem sobre as medidas do governo federal no socorro ao RS, sobre a atuação dos bombeiros e até sobre doações.

O Globo analisou 20 fake news que foram divulgadas nas redes sociais e identificou que somente as publicações originais, muitas vezes feitas por perfis de parlamentares bolsonaristas, as visualizações chegaram a 13,46 milhões.

Um dos casos envolve o governador de Santa Catarina, Jorginho Mello, do PL, partido de Jair Bolsonaro, que publicou um vídeo falando que caminhões com

doações estavam sendo multados ao seguir para o Rio Grande do Sul. A postagem teve um alcance de 2,9 milhões de pessoas.

Um dia antes do vídeo de Mello, a própria Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) já havia negado essa informação.

Jorginho Mello foi um dos senadores que em plena CPI da Pandemia divulgou fake news sobre a Covid-19.

Liberação de parcela extra do Fundo de Participação dos Municípios para o Rio Grande foi decidida no sábado (18) em reunião com ministros no Palácio da Alvorada

O presidente Lula se reúne no sábado (18) com o secretário especial para o RS e outros ministros no Palácio da Alvorada para discutir as medidas de apoio ao Rio Grande do Sul. Participam, além de Paulo Pimenta, Fernando Haddad (Fazenda), Waldez Góes (Integração), Renan Filho (Transportes), Alexandre Padilha (Relações Institucionais) e José Múcio Monteiro (Defesa).

O governo federal já garantiu a transferência de um montante total que chega próximo de R\$ 70 bilhões para a reconstrução do Rio Grande do Sul e anunciou na sexta-feira (17) o pagamento de uma parcela extra do Fundo de Participação dos Municípios (FPM) para cidades em estado de calamidade. A estimativa é que R\$ 192,7 milhões sejam transferidos para 46 ou 47 municípios, segundo integrantes do governo.

De acordo com o ministro Alexandre Padilha, o valor será incluído em uma medida provisória que deve ser publicada até a próxima semana. "Isso vai significar que, neste mês de maio, esses municípios

vão receber um recurso duplo do Fundo de Participação de Municípios. Exatamente para apoiar os municípios nas várias ações de resgate, independentemente dos outros recursos", disse Padilha.

O FPM é a principal fonte de receita para grande parte dos municípios brasileiros. O repasse é previsto na Constituição e equivale a uma parcela da arrecadação de tributos federais. Além disso, o governo estuda medidas para ajudar empresas situadas no Rio Grande do Sul. A ideia é evitar que essas companhias deixem o estado e fechem vagas de emprego. A preocupação é que as pessoas não percam seus empregos.

Uma Medida Provisória (MP) flexibilizando a Lei de Licitações para agilizar compras públicas em casos de calamidade também foi editada pelo presidente Lula nesta sexta. A flexibilização nas licitações só valerá para estados que tiverem a situação de calamidade reconhecida pelo poder público. O governo afirmou que a MP tem como objetivo agilizar o enfrentamento à situação do Rio Grande do Sul.

## Golpistas que destruíram tornozeleira e fugiram do país entram na lista da Interpol

O ministro do STF (Supremo Tribunal Federal) Alexandre de Moraes mandou prender condenados pelos ataques golpistas de 8 de janeiro que estavam com medidas cautelares e fugiram do país. A decisão foi tomada após ao menos dez deles terem deixado o país ilegalmente. Todos foram incluídos em lista da Interpol.

Os foragidos deixaram o Brasil após quebrar a tornozeleira eletrônica que estavam usando por determinação da Justiça. Entre as novas ordens de prisão, estão a da empresária Fátima Aparecida Pleti, 61, de Bauru (interior de São Paulo), e a do corretor de seguros Gilberto Ackermann, 50, de Balneário Camboriú (SC). Os dois estão na Argentina. Ambos foram condenados por tentativa de golpe de Estado e abolição violenta do estado democrático de direito.

A PGR (Procuradoria-Geral da República) pediu que Ackermann e outros sete foragidos fossem incluídos na lista de difusão vermelha da Interpol. Já Moraes expediu na quinta-feira (16) o mandado para prender o corretor de seguros. O militante bolsonarista estava entre os organizadores da invasão dos Três Poderes no 8 de janeiro.

"O término do julgamento [...] e o fundado receio de fuga do réu, com vem ocorrendo reiteradamente em situações análogas nas condenações [...] autorizam a substituição das medidas cautelares [...] pela

prisão preventiva para garantia efetiva da aplicação da lei penal e da decisão condenatória desse Supremo Tribunal Federal", afirmou Moraes.

Fátima Pleti também recebeu ordem de prisão de Moraes. Ela quebrou a tornozeleira em 26 de março. Sua defesa afirmou que não comentaria a ordem de prisão. "Observo que a ré insiste em desrespeitar as medidas cautelares impostas nestes autos e referendadas pelo Plenário do Supremo Tribunal Federal, revelando seu completo desprezo por esta Suprema Corte e pelo Poder Judiciário", disse o magistrado.

Outras três pessoas que também fugiram do Brasil estão na lista. Elas são Letícia Santos Lima, de Taubaté (SP), Kathy Le Thi dos Santos e o marido, Esdras Jônatas dos Santos, de Belo Horizonte (MG). A primeira estava entre as mais de mil pessoas presas após os ataques de 8 de janeiro e é ré pelo caso. Em 4 de março, sua tornozeleira eletrônica parou de funcionar e ela fugiu para o exterior.

Já os dois últimos fugiram logo após as invasões golpistas, conforme ordem de prisão expedida nesta quinta. Foram para os Estados Unidos, segundo a Polícia Federal. O documento diz que os foragidos "não só arregimentaram manifestantes, como também organizaram e financiaram o deslocamento dos manifestantes para os atos antidemocráticos ocorridos em 8/1/2023".

## Fracassa no STF a tentativa de evitar prisão de Bolsonaro; 10 a 0 contra salvo-conduto

Todos os ministros do Supremo tribunal Federal (STF), com exceção de Alexandre de Moraes, votaram para negar um pedido de salvo-conduto para evitar a prisão de Jair Bolsonaro (PL) por tentativa de golpe de Estado.

Alexandre de Moraes declarou-se impedido de votar porque a ação envolve decisões dele no inquérito dos atos golpistas de 8 de janeiro. O julgamento no plenário virtual começou na sexta-feira, dia 10, e terminou na sexta (17).

Os ministros acompanharam o relator do caso, Nunes Marques, que negou a ação em decisão monocrática. Ele avaliou naquele momento que não havia qualquer "ilegalidade evidente" na investigação contra Bolsonaro que justificasse um habeas corpus preventivo.

O advogado Djalma Lacerda, autor do pedido, que não consta da lista de representantes oficiais do ex-chefe do Executivo na Justiça.

Marques apontou ainda em

sua decisão que não há "nos autos qualquer manifestação de interesse ou de ciência" de Bolsonaro autorizando a defesa técnica apresentada por Lacerda.

Segundo Lacerda, Jair Bolsonaro não participou da "realização de um golpe de estado, muito menos com violência ou grave ameaça", e, por isso, não deveria ser investigado.

Jair Bolsonaro foi incluído pelo ministro Alexandre de Moraes, do STF, no inquérito que investiga a tentativa de golpe articulada em seu governo para anular o resultado das eleições presidenciais.

O inquérito já revelou que Bolsonaro produziu decretos para instalar uma ditadura e os levou até os então comandantes do Exército, Aeronáutica e Marinha para buscar apoio, mas sem sucesso.

O ex-comandante do Exército, general Freire Gomes, contou à Polícia Federal que Bolsonaro chamou a ele e aos demais comandantes de Forças para mais de uma reunião, nas quais insistia que o golpe era "constitucional".

## Defesa do jornalista vítima de Zambelli contesta MP: "Luan está novamente sendo perseguido"

A defesa do jornalista Luan Araújo, que foi perseguido pela deputada Carla Zambelli (PL-SP) armada nas ruas de São Paulo, chamou de "tremenda desumanidade" o pedido de condenação feito pelo Ministério Público de São Paulo (MP-SP), que aderiu à posição da bolsonarista, contra ele.

Renan Bohus, advogado de Luan, disse ao UOL News que Luan está "novamente sendo perseguido".

O promotor Roberto Bacal, do MP-SP, pediu a condenação de Luan Araújo por injúria e difamação por, supostamente, ter xingado Zambelli na véspera do segundo turno das eleições de 2022 e em uma matéria que escreveu.

A defesa do jornalista comentou que "ele já foi perseguido por essa senhora e mais dois comparsas nesse trágico dia. O Luan até hoje sofre abalo emocional, tem diversas crises de ansiedade em decorrência desse fato, ou seja, tem consequências graves. E novamente o Luan é perseguido porque no exercício da sua profissão, ele profere algumas falas, mas não contra ela, mas numa forma que ela tem de pensar".

Carla Zambelli está respondendo no Supremo Tribunal Federal (STF) por ter sacado e apontado uma arma para Luan Araújo nas ruas de São Paulo após uma discussão.

Ela disse ao Tribunal que sacou a arma por ter ouvido um tiro. No entanto, ela já havia sacado

seu revólver antes do primeiro tiro, que foi dado por um de seus seguranças.

Em um artigo publicado em 2023, intitulado "Perca ou não o mandato, o mal que Zambelli me fez segue impune", Araújo comentou o caso e disse que ela "segue uma seita de doentes de extrema-direita" que "segue cometendo atrocidades atrás de atrocidades".

Carla Zambelli então entrou com um processo por difamação. O Ministério Público de São Paulo avaliou, em um primeiro momento, que Luan não havia cometido nenhum crime.

Depois que ele se recusou a fazer um acordo com a deputada bolsonarista, o MP-SP mudou de posição e passou a pedir sua condenação.

Para a defesa do jornalista, "é uma tremenda desumanidade contra o Luan. A defesa fica estarelecida com esse processo e principalmente com a conduta do Ministério Público, que em um primeiro momento tinha uma visão sobre os fatos, e depois me parece que mudou, não se sabe o porquê, mudou completamente a leitura do processo".

O promotor Roberto Bacal chegou a dizer que Luan Araújo é que provocou a discussão com Zambelli. No STF, a votação para manter a deputada como ré por porte ilegal de arma e constrangimento ilegal com emprego de arma de fogo encerrou em 9 votos contra 1.

# Melo quer entregar reconstrução de Porto Alegre para estrangeira

“Essa empresa tem uma especialidade: livrar a pele de governantes e grandes empresários em momentos de crise”, denuncia deputado

A Prefeitura de Porto Alegre formalizou parceria com a empresa de consultoria estrangeira Alvarez & Marsal (A&M), que se diz especializada em processos de recuperação de metrópoles atingidas por tragédias climáticas.

Segundo o prefeito Sebastião Melo (MDB), 20 funcionários da companhia já chegaram a Porto Alegre nesta segunda-feira (13) e nos primeiros 60 dias de atuação, atuarão gratuitamente.

Ao término desse período, não se sabe ainda como será a remuneração por esse “bônus”. Mas a ideia agora é abordar os “louros” entregues ao Estado resultantes dos “assessoramentos” da A&M.

A multinacional de origem canadense, mas que constituiu sua atuação nos EUA, atuou em New Orleans (EUA) após a devastação pelo furacão Katrina em 2005 e foi contratada pela mineradora Vale após as tragédias de Mariana e Brumadinho, os maiores desastres ambientais do país até então.

O objetivo da “consultoria”: livrar a barra dos responsáveis pela tragédia e fornecer um programa de desmonte das estruturas do Estado.

A Alvarez & Marsal trabalhará em conjunto com a administração municipal “para a elaboração e gestão de um plano assertivo que promova respostas rápidas e estratégicas em momentos de crise. O plano contará com a união de competências das empresas parceiras CPFL Energia, Equatorial, Corsan e Fraport”, informa o portal “O Sul” em sua página na internet nesta quarta-feira (15).

A empolgação do secretário e de órgãos de imprensa, apoiadores da privatização, é compartilhada também pelo prefeito Sebastião Melo, ávido por entregar o papel de reconstrução da cidade ao capital privado – internacional. “Um dos sócios dessa empresa é gaúcho, porto-alegrense”, informou Melo. “Ele se sensibilizou com o processo e nos procurou para ajudar”, alegou.

A Alvarez & Marsal concederá um bônus à Prefeitura nos primeiros dois meses de atuação, mas “no meio do caminho nós vamos estabelecer, se ela tiver que permanecer, vai ter custo”, admitiu o prefeito, sem detalhar valores.

## MINERADORAS

“A empresa também já atuou em Minas Gerais após os rompimentos das barragens de Mariana e Brumadinho [2015 2019, respectivamente] e conhece os desafios que estamos enfrentando em nossa cidade, já que temos aqui o maior desastre natural do último século no Brasil”, justificou um otimista secretário Municipal de Meio Ambiente, Urbanismo e Sustentabilidade de Porto Alegre (Smamus), Germano Bremm.

Tendo se instalado em Nova Lima (MG) em 2019, a Alvarez & Marsal trabalhou para empresas de mineração no contexto das tragédias. Sobre isso, não é possível se estender muito, uma vez que o montante de negócios foi mantido em sigilo pelas partes. “A empresa não divulga o volume de negócios em relação à mineração, nem o número de clientes no Estado por motivos estratégicos, mas a mineração tem sido o carro-chefe de atuação da consultoria”, publicou em agosto de 2022 o jornal “O Tempo”, de MG.

“Entendemos que em torno da mineração orbita uma forte cadeia produtiva com empresas sólidas e projetos desafiadores”, declarou Marcos Ganut, sócio-diretor e líder da área de Infraestrutura e Investimentos de Capital da Alvarez & Marsal, à época.

Naquela ocasião, a empresa teria atuado na identificação de “oportunidades” de melhorias e eficiência nos programas de assistência social, dentre outras medidas, em conjunto com estudos técnicos da Secretaria Municipal de Meio Ambiente, Urbanismo e Sustentabilidade (Smamus) e outros órgãos do governo Romeu Zema (Novo), forte entusiasta e incentivador da mineração predatória e desenfreada.

## LIVRAR A PELE DE GOVERNANTES

Já o deputado estadual Mateus Gomes (PSol-RS), não embarcou nesse trem da alegria junto com o prefeito e seu secretário. “O prefeito Sebastião Melo correu para contratar a empresa estadunidense Alvarez & Marsal para liderar a reconstrução de Porto Alegre. Essa empresa tem uma especialidade: livrar a pele de governantes e grandes empresários em momentos de crise”, denunciou. A A&M na verdade, é de origem canadense, como informado no início, mas tem forte presença em território norte-americano.

Respaldo pelo decreto de estado de calamidade pública que dispensa licitações nessas situações, o

prefeito destacou que a prioridade é ajudar na limpeza da cidade e na gestão das pessoas desabrigadas e hospitais de campanha, por exemplo.

## KATRINA

Nos Estados Unidos, onde também já prestou serviços semelhantes ao que se propõe a executar em Porto Alegre, a “sensibilidade” da A&M rendeu à companhia contratos que ultrapassaram facilmente a cifra de 15 milhões de dólares, isso décadas atrás.

A A&M também acumula a “expertise” para abrir portas à iniciativa privada. Essas “habilidades” já foram postas em prática nos Estados Unidos, em Saint Louis, no Missouri, onde sugeriu a privatização do ensino público; também levou à demissão de 7 mil funcionários da educação pública logo após o furacão Katrina, em New Orleans, no estado de Louisiana.

Mas foi em solo norte-americano onde a empresa fincou pé para alavancar seus lucros através do setor público. Além de atuar na reestruturação de cidades atingidas por desastres ambientais – e dos serviços jurídicos e midiáticos nos assessoramentos – a consultoria também “vende” soluções para gestão de crise e passaria credibilidade a empresas que querem recuperar a imagem após escândalos. É na esfera pública que explora o mapa da mina. A Alvarez & Marsal tem um departamento todo dedicado a serviços ao Estado.

O departamento é comandado por Bill Roberti, um militar da reserva dos EUA que se projetou no setor privado e passou a ocupar o cargo de superintendente nas ações da empresa junto a cidades estadunidenses onde prefeitos enfrentavam crises junto à opinião pública por causa de serviços públicos ineficientes ou por catástrofes naturais.

## DESMONTE DA EDUCAÇÃO PÚBLICA

Mais de 20 anos atrás, Saint Louis, uma cidade no estado de Missouri, onde a administração local enfrentava problemas relacionados à gestão do transporte escolar público, a A&M foi contratada para atuar no problema. Para além de resolver as questões de gestão, a empresa também deveria cortar despesas do sistema de transporte para, teoricamente, sobrar dinheiro para investimentos nas salas de aula. Não por isso.

Antes, a companhia já havia sido contratada para assessorar questões financeiras em Saint Louis – foi paga com dinheiro de “doações” para atuar na questão dos ônibus escolares, segundo o jornal New York Times. Depois, Saint Louis firmou um contrato de 16 milhões de dólares – nos moldes do que está sendo engendrado na capital porto-alegrense – sem licitação. Na ocasião, as propostas de outros 10 concorrentes, foram ignoradas, o que gerou profundas críticas da oposição.

O contrato até chegou a ser questionado pelo Comitê de Educação da Câmara Municipal. Os críticos ao “arranjo” apontam que a Alvarez & Marsal teria feito um plano que excluiu crianças do sistema de transporte, traçou rotas inviáveis, colocou interventores próprios em cargos estratégicos. Os tais interventores embolsavam até 400 dólares por hora. E “melhor”: qualquer erro na execução do plano era imputado e assumido pela Prefeitura, e não pela consultoria.

Não satisfeita, a empresa também passou a sugerir o fechamento de escolas que considerava de baixo desempenho. “(...) alguns pais, políticos e membros do conselho escolar disseram que as coisas não eram tão simples. Eles disseram que a empresa errou ao eliminar os cargos necessários e ignorou o custo humano por trás de decisões como o fechamento de 16 escolas sem aviso prévio. Hoje, ressaltam eles, o sistema de St. Louis permanece à beira da falência e o desempenho dos alunos é péssimo”, denunciaram os opositores.

Já em Nova Orleans, antes mesmo do local ter sido devastado pelo furacão Katrina em 2005, a empresa já trabalhava, contratada pelo estado de Louisiana, para reformular o sistema de ensino público. As escolas, dentro da concepção do poder local, deveriam apresentar resultados para justificar a sua continuidade. E a Alvarez & Marsal entrou em ação.

Para isso, remanejou todo o sistema de educação de New Orleans para auferir mais “eficiência”. Assim, sugeriu o fechamento de escolas, especialmente aquelas situadas em áreas habitadas por populações negras e pobres e entregando a gestão de boa parte das unidades que permaneciam abertas às parcerias público-privada (PPP) que ficaram conhecida nos EUA como “escolas charter”.



Prefeito da capital gaúcha, alagada após as chuvas no Rio Grande do Sul

## Eduardo Leite nomeia secretário das privatizações do governo Bolsonaro para coordenar ‘reconstrução’ do RS

O governador do Rio Grande do Sul, Eduardo Leite, anunciou nesta sexta-feira (17), a criação da Secretaria da Reconstrução Gaúcha e convidou para comandar a pasta o atual titular da Secretaria de Parcerias e Concessões (Separ), Pedro Capeluppi. A secretaria será, na verdade, uma reformulação da estrutura já existente da Separ.

Capeluppi foi assessor do ministro da Economia de Bolsonaro, Paulo Guedes, e um dos responsáveis pelos projetos de “desinvestimentos” e privatizações ocorridos no governo anterior. “Após a privatização da Eletrobras, seguimos com a agenda de desestatizações, com destaque para a CBTU-BH, que sai ainda este ano. Aliás, é preciso ressaltar que, no começo do governo, tínhamos 200 empresas estatais (controle direto e subsidiárias). Hoje, temos 132. Na prática, eliminamos 68 empresas em privatizações, liquidações e desinvestimentos, enxugamento de mais de 30%”, escreveu o então secretário em suas redes.

No Rio Grande do Sul, o caso mais grave foi o da privatização da Companhia Riograndense de Saneamento (Corsan), trazendo ao debate o papel essencial das empresas públicas frente a situações de calamidade como que o estado enfrenta.

Para Lucas Tonaco, diretor da Federação Nacional dos Urbanitários (FNU), “não precisa dizer o óbvio – que nestas horas, em que é preciso de esforços contra cenários devastadores e de guerra, diminuir o



Capeluppi foi assessor do ministro de Bolsonaro

Estado ou diminuir o controle de políticas públicas e infraestrutura estatal, é diminuir também – o mais uma vez óbvio – a rede de proteção social”.

“Defesa Civil, Bombeiros, Polícia Militar, SAMU, e principalmente energia e água, bens dos quais são essenciais e mais escassos nessas horas, dependem essencialmente do Estado. Para fins de analogia e metáfora, já pensou, por acaso, em um Corpo de Bombeiros privado? Um corpo de médicos socorristas de plantão para tragédias como essa privados? Só haveria literalmente socorro, se houvesse dinheiro, pois isso seria tratado meramente como mercadoria, e essa ideia é tão inimaginável e antiética, que de fato, ninguém em sã consciência jamais apoiaria absurdos como tal. Então, por quê, socialmente aceitar bens tão essenciais e tão também vitais como água e energia fora do controle do Estado?”

“O que a privatização da Corsan tem a ver com a falta de água atual após a tragédia climática? Para se ter ideia do impacto da privatização, 2.200 trabalhadores (cerca de 40% da Corsan saíram ou foram demitidos da empresa

que era pública, onde inclusive houve uma sistemática diminuição de salários, de técnicos, de know how, ou seja – a capacidade da empresa responder de imediato, e com soluções técnicas qualificadas foi potencialmente diminuída. No dia 5 de maio de 2024, inclusive houve o anúncio de que a Copasa (Companhia de Saneamento de Minas Gerais) enviaria força técnica composta com quase duas dezenas de trabalhadores, isso em conversa amplamente divulgada de Romeu Zema, um notório favorável às privatizações com Eduardo Leite, que privatizou a Corsan”, afirma.

“A conclusão, é que a saída para problemas graves, difíceis, que precisam de previsibilidade e políticas públicas, como é o caso das crises climáticas, é preciso de mais Estado nos serviços essenciais: seja com regulamentação e fiscalização ambiental mais rígida, de mais investimentos em infraestrutura e de mais reforço de um estado e não para privatizações e diminuição do controle do Estado em setores tão essenciais como água e energia (...)”, afirma Tonaco.

## Rayssa Leal vence pré-olímpico de Xangai e conquista a vaga para os Jogos de Paris

Rayssa Leal venceu o Torneio Qualificatório de Xangai, realizado neste domingo (19). A competição vale pontos para o ranking de classificação para as Olimpíadas de Paris. A skatista maranhense, de apenas 16 anos, só tirou nota acima dos 90 pontos na decisão, somando 274,89 na final. Em segundo e terceiro lugar ficaram as japonesas Liz Akama, com 274,35, e Yooshizawa Coco, com 257,73.

Nas fases de voltas, a brasileira conquistou a melhor nota na segunda tentativa, alcançando 92,23 e fechando a primeira posição nesta fase. Nas manobras, fez 86,30 na primeira, e, na segunda, também superou os noventa pontos e estabeleceu 91,81.

“Estou feliz pelo primeiro lugar, mas mais feliz ainda porque eu consegui me su-



perar hoje, estava um pouco nervosa, não vou mentir, porque ontem me machuquei no treino. Só de haver me superado e acertei as manobras que eu queria, fiquei feliz. Obrigado pela energia positiva e por toda a torcida”, declarou Rayssa para as redes da Confederação Brasileira de Skate (CBSk).

A próxima etapa classificatória para as Olimpíadas será em Budapeste, em evento que ocorrerá entre 20 e 23 de junho. A lista final de aprovados será composta por 22 atletas das seguintes categorias: park masculino e feminino e street masculino e feminino, com limite de três atletas por país.



Ciclo de seminários e debates acontece todas as terças-feiras

## “Memórias do Palco” celebra legado do teatro brasileiro no Cine-Teatro Denoy de Oliveira

A partir do dia 21 de maio, o Cine-Teatro Denoy de Oliveira receberá o seminário “Memórias do Palco – Abre a cortina do Passado”, uma ode aos grandes nomes que moldaram a cena teatral nacional. O projeto “surge para ser mais uma contribuição no esforço de preservar e valorizar a memória do nosso teatro”, destaca o Centro Popular de Cultura da União Municipal dos Estudantes Secundaristas de São Paulo (CPC-UMES).

A cada terça-feira, às 19 horas, o público terá o privilégio de mergulhar nas histórias e experiências de grandes nomes do teatro brasileiro das décadas de 50, 60 e 70. Desde atores lendários até diretores visionários, os convidados, muitos dos quais ainda ativos na cena artística, compartilharão seus relatos ao lado de estudiosos do teatro, que contextualizarão e os debates.

O seminário também será embalado por leituras encenadas de trechos de peças icônicas que marcaram a trajetória dos convidados, proporcionando uma imersão ainda mais profunda na rica história do teatro brasileiro.

“O Cine-Teatro Denoy de Oliveira sempre foi muito acolhedor com nossos maiores e com a nossa tradição. Denoy, José Renato e João das Neves dirigiram espetáculos memoráveis aqui. No campo da música, a lista é enorme! Aqui cantaram Xangô da Mangueira, Nelson Sargento, Carlos Lyra, Sílvio Caldas, Inezita Barroso, João Pacifico, Pena Branca e Xavanti, Seu Nenê da Vila Matilde, Dona Ivone Lara, Mário Lago, só para citar alguns que não estão mais entre nós”, relembra o CPC-UMES.

“Uma entidade ressalta ainda que “vivemos em uma sociedade que privilegia o ‘novo’ em detrimento da tradição. O “novo” vende bem, tem mercado; a memória, não. Não importa a qualidade. Mas o CPC-UMES não se rende a isso”.

“Consideramos nossa cultura como fruto do trabalho e da criatividade de gerações e gerações de artistas brasileiros. Só podemos entender o nosso presente e construir um futuro melhor se conhecermos as lutas e os aprendizados dos que vieram antes”, pontua o CPC.

As sessões serão gravadas e, posteriormente exibidas no canal do [Cine-Teatro no YouTube](#), alcançando espectadores de todo o Brasil, garantindo que o legado do teatro brasileiro continue a brilhar através das gerações.

## Relator do TRE vota pela cassação de Cláudio Castro após escândalo da UERJ

O relator do processo contra Cláudio Castro (PL) no Tribunal Regional Eleitoral do Rio de Janeiro (TRE-RJ) votou pela cassação e declaração da ineligibilidade por oito anos do governador do Rio de Janeiro.

O TRE-RJ começou a julgar, nesta sexta-feira (17), a ação em que Castro, o vice-governador do estado, Thiago Pampolha (MDB), e o presidente da Assembleia Legislativa do Rio, Rodrigo Bacellar (União) são acusados de desvios na Fundação Centro Estadual de Estatísticas, Pesquisas e Formação de Servidores Públicos do Rio de Janeiro (Ceperj) e da Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ) ao longo do ano da campanha eleitoral de 2022.

Nos dois casos, a Investigação Judicial Eleitoral (Aijes) foram ajuizadas pelo ex-candidato ao governo do Rio, Marcelo Freixo.

Segundo Simão, as provas apresentadas nos autos “formam o livre convencimento do julgador quanto à certeza da ausência de lisura das eleições de 2022 no estado do Rio de Janeiro relacionada aos investigados que usaram e abusaram da máquina pública do estado e ainda praticaram condutas vedadas na Ceperj e na Uerj”.

“O raciocínio lógico que se faz é de que a quantidade exorbitante de dinheiro utilizado e empregado no ano eleitoral 2022 serviu a milhares de pessoas que se dispuseram a seguir eleitoralmente o caminho traçado pelos réus”, afirmou Peterson.

De acordo com o relator, a Ceperj empenhou em 2020, cerca de R\$ 20 milhões, em 2021, cerca de R\$ 127 milhões, em 2022, cerca de R\$ 470 milhões.

“Uma auditoria do Tribunal de Contas do Estado apontou que o governo do Rio de Janeiro gastou, no período eleitoral, em torno de R\$ 470 milhões com projetos na Ceperj e, por isso, encontrou irregularidades em mais de 20 mil contratações”, apontou Peterson.

tro e Bacellar, o relator também votou pelo pagamento de multa no valor de R\$ 106.410.

O julgamento que teve início por volta das 14h e foi suspenso após o pedido de vista do desembargador Marcelo Granado. A nova sessão está marcada para a próxima terça-feira (23).

A decisão depende da escolha da maioria no plenário da Corte eleitoral e, o resultado, qualquer que seja, ainda caberá recurso ao Tribunal Superior Eleitoral (TSE).

# CTB e Confederações debatem pacto para salvar a indústria



## Governo oferece reajustes de 13,6% a 31,2% para docentes até 2026, mas sem aumento em 2024

Em greve há um mês, professores de universidades e institutos federais receberam uma nova proposta salarial na manhã desta quarta-feira (15), na quinta rodada de negociação entre representantes da categoria e do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos (MGI).

A nova proposta de reajuste salarial apresentada pelo governo prevê reajustes diferenciados para os docentes, de acordo com os níveis de carreira, mas nada de novo em relação a este ano, que permanece sendo zero reajuste.

De acordo com a proposta, os que ganham menos, teriam reajuste de 31,2% até 2026, e os

que ganham maiores salários, reajuste de 13,6%. A negociação com os representantes dos técnicos administrativos em educação, que também estão em greve, acontece na próxima terça-feira. Conforme a Federação de Sindicatos de Trabalhadores em Instituições de Ensino Superior Públicas do Brasil (Fasubra), servidores de mais de 50 universidades e colégios federais estão em greve.

Ainda hoje, o comando de greve do Andes vai se reunir para avaliar a proposta e, depois, seguir para novas etapas de assembleias regionais com a categoria para deliberar sobre a continuidade da greve ou não.

A reivindicação da categoria representada pelo Andes é 22,71% de reajuste em três anos (em três parcelas iguais de 7,06% nos meses de maio de 2024, 2025 e de 2026). Já a proposta das entidades representadas pela Federação de Sindicatos de Professores e Professoras de Instituições Federais de Ensino Superior e de Ensino Básico Técnico e Tecnológico (Proifes) é 3,5% de reajuste a ser pago a partir de setembro deste ano, além de 9,5% em janeiro de 2025 e mais 4% em janeiro de 2026. Apesar das diferentes propostas, o que une as duas entidades é a luta por algum percentual de reajuste ainda em 2024.



## Servidores de hospitais federais no Rio de Janeiro aprovam greve por reajuste

Servidores públicos de hospitais federais no Rio de Janeiro iniciaram uma greve nesta quarta-feira (15) por tempo indeterminado. Os profissionais lutam por reajuste salarial, valorização das carreiras e contra o desmonte das instituições federais de saúde no estado.

A greve foi aclamada em assembleia no último dia 6, e após discussões diretas sobre a situação dos hospitais entre o governo e o Sindicato dos Trabalhadores em Saúde, Trabalho, Previdência e Assistência Social no Estado do Rio de Janeiro (Sindisprev).

Entre as principais reivindicações estão a recomposição salarial de 49%, a realização de concurso público, a prorrogação de todos os Contratos Temporários da União (CTUs), o pagamento do adicional de insalubridade em grau máximo e do piso da enfermagem em valores integrais, além da inclusão da categoria na carreira da Ciência e Tecnologia e a reestruturação dos hospitais que atualmente estão sucateados.

Outra questão de preocupação levantada por funcionários e também por médicos, é a proposta de divisão do complexo da saúde federal, que prevê a entrega das unidades da rede à Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (Ebserh), ao Grupo Hospitalar Conceição, ao governo do estado do Rio de Janeiro e à Prefeitura do Rio. De acordo com os servidores, o fatiamento e a privatização pioraram o serviço entregue à população.

“As assembleias têm sido marcadas pela participação dos médicos, o que é muito importante para nós porque os médicos têm um problema salarial derivado de uma gratificação não reajustada ao longo de muitos anos, o que faz com que esses profissionais às vezes recebam salários menores até mesmo que os dos auxiliares de enfermagem. Portanto, estamos com perspectiva muito positiva em relação à greve. É uma greve por direitos, por dignidade, por uma vida melhor”, afirmou Cristiane Gerardo, dirigente regional do Sindisprev/RJ.

Durante a paralisação, apenas serviços essenciais como hemodiálise, diálise, quimioterapia e oncologia estarão funcionando nos seis hospitais federais. Consultas, exames eletivos não oncológicos e cirurgias eletivas estarão suspensos. Conforme o sindicato, as unidades vão funcionar com apenas 30% do quadro de funcionários.

Durante a manhã, os servidores do Hospital Federal Cardoso Fontes fizeram uma manifestação. A unidade é uma das que sofrem com o sucateamento dos hospitais no Rio. Na segunda-feira, o teto do banheiro do setor de hemodiálise desabou e só não deixou nenhum ferido porque, por sorte, o banheiro estava vazio.

Segundo funcionários, “já era uma tragédia anunciada porque havia uma grande rachadura no teto”.

Recentemente, o teto do posto de enfermagem do setor de diálise também desabou. Além disso, os servidores também relatam falta de quimioterápicos usados para o tratamento de pacientes com câncer.

“Nós queremos ter uma carreira que nos dignifique e valorize o serviço. Temos acordo de greve assinado que tinha 3 itens de pauta e o governo não cumpre. A gente não recebe valor da insalubridade, lida com doença infectocontagiosa, deveria receber grau máximo. A gente tem uma situação absurda”, afirma Cristiane Gerardo.

## Metroviários de SP aprovam indicativo de greve por reajuste acima da inflação

Os metroviários de São Paulo aprovaram indicativo de greve para o próximo dia 22, diante do descaso do Metrô e do governo Tarcísio de Freitas com a categoria, que não apresentaram nenhuma contraproposta em relação à Campanha Salarial.

A última proposta de reajuste salarial oferecida pela empresa, de 2,77% (inflação medida pelo IPC-Fipe), foi recusada pelos trabalhadores em assembleia no dia 5 de março. No dia 15, o Sindicato dos Metroviários de São Paulo entregou ao Metrô uma nova pauta de reivindicações, mas, até agora, a empresa ignorou a categoria.

Os metroviários reivindicam aumento salarial acima da inflação, reajuste dos vale refeição e alimentação, recontração de funcionários demitidos na última greve e a realização de concursos públicos para repor os quadros da empresa.

“Ocorreram 5 reuniões de negociação nos dias 16/4, 23/4, 30/4, 7/5 e 14/5. Na mesa de negociação, o Sindicato e a Comissão de Negociação insistiram,

desde o princípio, que o Metrô deveria entregar sua proposta no último dia de negociação. Os negociadores da empresa concordaram com isso e disseram que, no dia 14/5, seria apresentada uma resposta global ao conjunto de reivindicações”, mas agora, “disseram que só poderiam apresentar a proposta no dia 5/6”, explica o sindicato.

“Metroviárias e metroviários realizam um serviço de excelência, reconhecido pela população pelo sétimo ano consecutivo como o melhor serviço público de São Paulo. Mesmo com o quadro de funcionários reduzido. Por isso, merecem respeito. São exatamente 2 meses desde quando a empresa teve contato com as reivindicações e, após 5 rodadas, a empresa ainda não apresentou nenhuma proposta”, diz o sindicato em nota.

De acordo com a entidade, “para suspender o indicativo de greve, é necessário que tenha negociação de verdade e atenda as reivindicações da categoria”.

“A hora é de construirmos caminhos para um Pacto entre a produção e o trabalho”

Dirigentes sindicais das principais confederações, federações e sindicatos de trabalhadores da indústria decidiram convidar Rafael Lucchesi, um dos mais ilustres dirigentes da CNI (Confederação Nacional da Indústria) “para sentar à mesa, na Casa da Classe Trabalhadora, como é chamada a sede da CTB, e de ‘coração aberto’ discutir um diagnóstico e propostas comuns para a devastadora desindustrialização que afeta a economia brasileira”, declarou o anfitrião.

Os números que constam da nota técnica da CTB, de janeiro de 2024, são dramáticos: o Brasil, durante 50 anos, cresceu a uma taxa de 7% do PIB ao ano. Nos últimos 40 anos, a média foi de 2% ao ano. A indústria de transformação, que já foi 30% do PIB, caiu para 11% do PIB em 2020. A taxa de investimento, que já foi de 25%, caiu para 16,5% do PIB em 2023. Segundo o IBGE, 39 milhões de trabalhadores estão na informalidade.

José Reginaldo, da CNTI (Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria), principal confederação do país, escalado para comentar a palestra de Lucchesi, também falou ao HP. “Como apoiar a indústria e atender os anseios dos trabalhadores – de melhorias na educação, na saúde, na aposentadoria – com esses juros escorchantes, que, só no ano passado, teve um gasto de 800 bilhões de reais? E ainda com o teto de gastos como uma faca no pescoço do governo?”, questiona.

Para Artur Bueno, presidente da CNTA (Con-

federação Nacional dos Trabalhadores na Alimentação), “fatos são fatos, como, por exemplo, o porquê de o PIB da China, que era menor que o do Brasil em 1980, ser hoje é dez vezes maior. O que eles fizeram, o que nós deixamos de fazer?”

Já Assis Melo, presidente da FITMETAL (Federação Interestadual dos Trabalhadores Metalúrgicos), “considera importante percebermos que a desindustrialização do país foi provocada de fora para dentro”.

Carlos Müller, presidente da CONTTMAF (Confederação Nacional dos Trabalhadores em transportes Marítimos e Fluviais), avalia que “os sindicatos compreenderam que a manifestação coletiva dos trabalhadores e dos movimentos sociais é essencial para tentarmos mudar a visão extremamente liberal de alguns gerentes da Petrobrás que estão impedindo o desenvolvimento da Marinha Mercante com bandeira brasileira (e da indústria naval), o crescimento do emprego e a geração significativa de riquezas em nosso país”.

Para Adilson, “a iniciativa é um passo importante para a construção de uma agenda de desenvolvimento nacional, com valorização do trabalho”.

CARLOS PEREIRA

Informações:

**Seminário Nacional:** Indústria, Democracia, Desenvolvimento e Soberania:

**Local:** Sede da CTB – Rua Cardoso de Almeida, 1848, Sumaré, SP

**Data:** 11 de junho, às 16h

## PM's repudiam pacote de Zema que ataca a previdência e arrocha salários

Policiais e bombeiros militares de Minas Gerais ameaçam entrar em greve caso a retirada de direitos previdenciários proposta pelo governador Romeu Zema seja aprovada.

Os servidores, que realizaram novos protestos nesta terça-feira (14), na porta da Assembleia Legislativa de Minas Gerais (Almg), repudiam o Projeto de Lei 2.239/2024, que, se aprovado, prevê desconto de 13,5% nos proventos dos policiais e bombeiros (atualmente é de 10,5%), enquanto a contribuição do Estado, antes de 16%, passaria para 1,5%. De acordo com a proposta, pensionistas passarão a contribuir com o IPSM, o que atualmente não ocorre.

Em entrevista à rádio Itatiaia, o presidente da Associação dos Praças Policiais e dos Bombeiros Militares de Minas Gerais (ASPRA/PMBM), o subtenente Heder Martins, afirmou que a categoria precisa continuar pressionando os deputados estaduais para que “seja considerada a Emenda Substitutiva que entregamos na Casa Legislativa pela manutenção do IPSM. Precisamos da participação de todos. Assim, conseguiremos a pressão necessária para a garantia dos nossos direitos”.

O vice-presidente da Associação, Sargento Bahia, destacou que os servidores já acumulam cerca de 40% de perda salarial durante o governo Zema e reforçou a proposta encaminhada pela categoria em junho de 2020.

“Pedimos a sensibili-

dade dos deputados que acatem a proposta que encaminhamos à Casa e ao Governo, pedindo a manutenção do nosso sistema social. Temos uma perda considerável de 41% ao longo dos sete anos de governo Zema. O Executivo enviou uma proposta de recomposição salarial de 3,62%. Isso não é nem 10% daquilo que pretendemos”, disse.

Hoje, os militares pagam 8% de contribuição para a previdência, com o Governo pagando 16%. A proposta, de acordo com os militares, acabaria com a assistência prestada à categoria e aos familiares.

“Hoje temos 240 mil vidas sendo atendidas no nosso instituto. A proposta vai estrangular nosso Hospital Militar e acabar com nossos convênios. Vai sucatear todos os 128 convênios do interior, e esses militares de lá vão vir aqui para o Hospital Militar. E não tem condições de 240 mil vidas serem atendidas aqui atualmente”, continuou Bahia.

O diretor da ASPRA/PMBM Regional Unai, Subtenente Eustáquio José de Freitas, por sua vez, afirmou que Zema usa as forças de segurança para benefício próprio em detrimento da segurança pública. “A sociedade civil precisa saber que o Governador usa as forças de segurança para benefício próprio. Fazemos a nossa parte em manter a tranquilidade dos mineiros e visitantes, mas o governo não reconhece nossos esforços e quer retirar nossos direitos”, disse.



Patricio Schwandt/FSOC UBA

## Universidade sedia assembleia popular Centrais chamam ato contra o pacote devastador de Milei

A sede da Faculdade de Ciências Sociais da Universidade de Buenos Aires (UBA) reuniu nesta terça-feira (14) centrais sindicais, movimentos estudantis, de mulheres, eclesiais, de cultura e organizações de direitos humanos, pesquisadores e cientistas em assembleia nacional para unificar a luta e definir diretrizes da luta pela anulação do Decreto Nacional de Urgência (DNU) 70/23 e a Lei de Bases, por atentarem contra os direitos civis, sociais e trabalhistas conquistados ao longo de décadas.

Membro da direção da Confederação Geral dos Trabalhadores (CGT) e líder dos Caminhoneiros, Pablo Moyano, destacou que adotar um plano de luta é chave para envolver o conjunto da sociedade até que este plano tão daninho ao país seja derrotado.

“Alguns fazem campanha cantando a marcha peronista, mas depois, quando chegam ao Congresso, cagam nos trabalhadores que os elegeram”, condenou Moyano, para quem é preciso “enfrentar um governo que confronta aqueles que têm menos, os trabalhadores”. Por isso, avaliou o comandante da CGT, é preciso pôr o bloco na rua, pois “estamos diante de uma data histórica, que é quando a Lei de Bases será votada no Senado”. “Temos que estar em massa nesse dia no Congresso Nacional para exigir que os senadores o rejeitem. Meu compromisso como líder é esse. Nesse dia, exerceremos toda a pressão possível para rechaçar a lei”, enfatizou.

### “GOVERNO SUBMISSO AO COLONIALISMO”

“Ratificamos o compromisso de enfrentar em unidade este cenário tão complexo, onde um governo neofascista tenta consolidar o colonialismo na nossa sociedade e no nosso país”, afirmou o secretário-geral da Central dos Trabalhadores da Argentina (CTA-Autônoma), Hugo Godoy. O dirigente esclareceu que “assim como fizemos as greves e mobilizações”, os argentinos devem dar uma resposta contundente ao governo, evitando que DNU se consolide, “porque significaria dar a Milei a capacidade de governar por decreto durante quatro anos”. “Através da mobilização popular, devemos obrigar a Câmara dos Deputados a emitir uma decisão anulando esse direito”. “Neste processo de discussão da Lei de Bases e do pacote fiscal no Senado, é fundamental manter esse estado de mobilização e encontro entre as nossas organizações, para que o povo participe no dia em que o projeto seja discutido e rejeitado”, acrescentou.

De acordo com o secretário-geral da CTA dos Trabalhadores e deputado nacional Hugo Yasky, o apelo unitário tem relevada importância pois “desta forma rompemos com a paralisia que os grupos econômicos dominantes queriam nos impor”. Para Yasky, houve dois pontos de inflexão: a marcha universitária e a greve dos trabalhadores. “É importante que mantenhamos a iniciativa e que ela se torne cada vez mais popular. Fizemos algo de bom durante esse período, que foi construir a unidade. Nosso próximo objetivo é o debate no Senado. Temos que tomar consciência de que esta é uma corrida de resistência e sempre que o movimento popular foi atacado foi a resistência que nos fez vencer”, assinalou.

Dirigente da Assembleia Permanente de Direitos Humanos (APDH), Eduardo Tavani defendeu a necessidade de “marchar unitariamente com as centrais e os movimentos sociais ao longo do último período e ir para cima dos parlamentares indecisos”. “Temos que seguir esse exemplo a fim de conquistar nossos objetivos e o primeiro deles é a lei de Bases, no Senado e nas ruas, e depois o DNU”, frisou.

### “FASCISMO E DESTRUIÇÃO DO ESTADO”

O secretário-geral da Federação Judiciária Argentina (FJA), Matías Fachal, apontou que “nesta fase avançada do fascismo, com um governo que procura a destruição do Estado, através do seu saque e esvaziamento, num momento de violação generalizada dos direitos humanos, temos de nos articular, não só para nos expressarmos e refletirmos sobre as abordagens, mas também para agir”. “Todas as áreas institucionais a que devemos recorrer não se movem se não for pela pressão da mobilização popular, e é o sistema de justiça que devemos pressionar”, asseverou.

A representante das Mães da Praça de Maio – Linha Fundadora, Taty Almeida, conclamou a todos a redobramos as forças contra o desgoverno. “Estamos demonstrando a resistência que deve ser feita. Os fatos mostram isso, com as diferentes marchas, no dia 8 de março, no 24 de março, a Marcha Universitária, os sindicatos, é isso que temos que continuar fazendo. Temos que ganhar as ruas, esta é a nossa obrigação”, disse. Mas “além de ganhar as ruas”, ressaltou, “temos que ir ver os governadores, esses deputados mornos, esses que parecem molengas. É para isso que estamos aqui, para encontrá-los e fazê-los mostrar a cara, e demonstrar a este governo que, embora tenhamos perdido uma eleição, eles não nos derrotaram”.

Até o momento a avaliação é de que o projeto de Lei de Bases possa ser tratado na próxima quinta-feira (23), mas tudo dependerá da forma como seja tratado no Senado.

# Corte inglesa acata ação da defesa em que Assange contesta extradição a EUA



Stella, esposa de Assange, defende liberdade imediata para o jornalista

## Israel ataca hospital Al Awda e deixa norte de Gaza sem serviços de saúde

As forças de ocupação israelenses cercaram o Hospital Al Awda em Jabalia, ao norte da Faixa de Gaza, neste domingo (19), impedindo os serviços de tratamento aos feridos e doentes, principalmente civis, informou o Ministério de Saúde da Palestina.

Fontes acrescentaram que a artilharia de ocupação bombardeou o hospital com vários projéteis antes de sitiá-lo, barrando a entrada ou saída de civis e equipes médicas, o que interrompeu a prestação de serviços. Assinalaram ainda que o ataque destruiu as proximidades do Hospital.

Desde o início da agressão genocida, as forças de ocupação israelenses focaram deliberadamente no sistema de saúde, atacando os hospitais na Faixa de Gaza, incluindo o Hospital Al-Awda, primeiro com ameaças de fechamento, e depois com bombardeios diretos, destruindo salas de cirurgia, sistema de energia solar, depósitos de água e gás, departamentos de habitação, armazéns de medicamentos e gases medicinais, veículos de transporte e ambulâncias e materiais médicos.

O Hospital Al Awda é considerado o único hospital que oferece serviços



Hospital Al Awda é alvo de bombas israelenses

de ortopedia, ginecologia e obstetria no norte da Faixa de Gaza, além de cirurgia geral, recepção, emergência, clínicas especializadas, radiologia e laboratório.

### HOSPITAIS SOB ATAQUE

Apesar de sua importância no tratamento de civis, particularmente de mulheres e crianças, o Al Awda vem sendo uma das instituições de saúde mais atingidas pelas tropas de Netanyahu.

Em 21 de novembro passado, três médicos foram mortos por disparos diretos de mísseis, destruindo 50% da capacidade do hospital. Em 5 de dezembro, o exército de ocupação bloqueou a unidade hospitalar durante 18 dias, prendendo o diretor do hospital, Dr. Ahmed Mehna, e 3 funcionários médicos; matando 3 enfermeiros, ferindo 12 médicos e voluntários.

O número de mortos palestinos causados pelas tropas de ocupação de Israel contra a Faixa de Gaza desde 7 de outubro de 2023 aumentou agora para 35.456, confirmaram fontes médicas no domingo, acrescentando que pelo menos 79.476 outras pessoas também ficaram feridas nos ataques.

O ataque ao Al Awda está longe de ser uma ação bárbara isolada. As tropas de assalto de Netanyahu atacaram e destruíram a grande maioria dos hospitais e postos de saúde da Faixa de Gaza.

Os casos mais notórios e amplamente divulgados são os do ataque ao hospital Al Alhi que matou cerca de 500 palestinos entre pacientes e os que buscavam abrigo ali e a invasão ao maior deles, o Al Shifa, que teve um de seus mais destacados médicos preso e assassinado sob tortura.

## Navio com armas para Netanyahu tem a sua escala em porto espanhol negada

“Rejeição é coerente com a política do governo da Espanha de não conceder novas licenças para a exportação de material bélico destinado a Israel”, afirmou o ministro das Relações Exteriores da Espanha.

O ministro das Relações Exteriores da Espanha, José Manuel Albares, anunciou nesta quinta-feira (16) que a política do governo do país é vigiar e manter fechados os seus portos a qualquer navio que transporte armas a Israel, como contribuição ao fim da agressão a Gaza.

De acordo com Albares, foi recusada a escala ao navio mercante Marianne Danica, de bandeira dinamarquesa, para que atracasse no porto de Cartagena, pois foi detectado que se dirigia a Haifa com uma carga de 26,8 toneladas de material explosivo. O armamento tinha sido enviado pela empresa indiana Siddharta Logistics Co, tendo como destinatária a empresa Israel Cargo Logistics (ICL).

“Esta é a primeira vez que fazemos isso, porque é a primeira vez que detectamos um navio transportando uma carga de armas para Israel e querendo fazer escala em um porto espanhol. A política é não



Navio Marianne Danica leva 26,8 toneladas de explosivos

conceder novas licenças para a exportação de material bélico destinado a Israel, e a decisão que tomamos de rejeitar essa escala é coerente e segue a mesma linha”, esclareceu o ministro.

A Espanha não vai “participar de forma alguma na manutenção e promoção dessa guerra”, enfatizou Albares, frisando que seu país está comprometido em promover “todos os esforços para garantir que a paz retorne definitivamente com o cessar-fogo imediato e permanente, em benefício de toda a população civil de Gaza”.

Em novembro, a Espanha havia convocado a embaixadora israelense, Rodica Radian-Gordon, após o governo do primeiro-ministro Benjamin Netanyahu alegar que as declarações do presiden-

te espanhol, Pedro Sánchez seriam uma forma de “apoio ao terrorismo”.

A pressão no interior dos países europeus e nos Estados Unidos, principais fornecedores de armas para que Israel efetue o genocídio do povo palestino, está crescendo.

O movimento que se espalhou pelas universidades norte-americanas e europeias tem conquistado resoluções por parte das reitorias dessas instituições o desinvestimento em instituições e universidades israelenses assim como a interrupção de convênios até que Israel adote o cessar-fogo e pare com a chacina em Gaza, assim como retire do solo palestino, na Cisjordânia, as centenas de milhares de “colonos” judeus assaltantes de terras palestinas.

Tribunal reconhece que Washington não atende a exigências mínimas para sua defesa e integridade nos EUA. Com isso o jornalista conquista a condição de apelar perante os juizes ingleses

O jornalista Julian Assange, fundador do WikiLeaks e denunciante dos crimes de guerra dos EUA no Iraque e Afeganistão, o mais conhecido preso político do mundo, obteve da Alta Corte de Londres nesta segunda-feira (20) o direito de apelar da ordem de extradição para os EUA, com o tribunal decidindo que as “garantias” de Washington não atendiam à exigência de que o jornalista gozasse, em solo norte-americano, da defesa da Primeira Emenda, a que consagra a liberdade de expressão, e Assange terá direito a uma audiência para contestar a extradição.

“Passamos muito tempo ouvindo os Estados Unidos passando batom em focinho de porco, mas os juizes não compraram”, disse Stella Assange a repórteres do lado de fora do prédio do tribunal. “Como família, estamos aliviados, mas até quando isso pode continuar?”

“Os Estados Unidos deveriam ler a situação e abandonar o caso agora”, ela conclamou. “Abandonar esse vergonhoso ataque ao jornalismo, à imprensa e ao público que já dura 14 anos”.

“Este caso é vergonhoso e Julian Assange já está há cinco anos em Belmarsh. Já são dois anos desde que a ordem [de deportação] foi emitida. O governo Biden deveria tê-lo retirado no dia 1, e agora é o momento para o governo Biden retirá-lo. Não deixem isso prosseguir”.

Em 2010, Assange publicou, em conjunto com os maiores jornais do mundo, documentos do próprio Pentágono que expunham os crimes de guerra norte-americanos no Iraque e Afeganistão, cuja relevância ficou patente no vídeo do “Assassinato Colateral”, a morte de 18 civis em Bagdá, inclusive dois jornalistas, por um helicóptero de guerra Apache (crime até hoje impune). Documentos entregues ao WikiLeaks pelo soldado norte-americano Chelsea Manning.

“Meu cliente está sendo processado por realizar uma prática jornalística comum, de obter e publicar informações confidenciais, informações verdadeiras e de interesse público evidente e importante”, reiterou ao tribunal o advogado de Assange, Edward Fitzgerald.

Desde então, a perseguição a Assange nunca parou, sequer quando esteve asilado na Embaixada do Equador, com o governo Trump tendo pedido a extradição assim que o novo governo de Quito atendeu à ordem para entregar o jornalista à polícia inglesa, e foi trancafiado na “Guantánamo britânica”, o presídio de segurança máxima de Belmarsh e sob regime de solitária quase integral.

Na véspera dessa audiência, o editor do WikiLeaks, Kristinn Hrafnsson, havia reiterado que Assange era um “preso político”, sob um processo completamente viciado sob as normas do direito, e com Washington tendo planejado assassiná-lo pelo menos duas vezes e o tendo – e a seus advogados – espionado na embaixada do Equador.

Se a Alta Corte de Londres não tivesse feito essa meia volta, a extradição poderia ser uma questão de dias – ou horas – e a última esperança de Assange seria recorrer à Corte Europeia.

Fora a Alta Corte que passou por cima da decisão de primeira instância de recusa da extradição por considerar a vida de Assange em risco nos EUA e que permitiu que Washington apresentasse “garantias”, que não dera de início, sobre a não execução de Assange e o direito à Primeira Emenda.

A Anistia Internacional já dissera que as “garantias” de Washington não valiam o papel em que foram escritas, dados os antecedentes de burla em casos anteriores e, no essencial, podiam ser retiradas a exclusivo critério dos EUA.

Além disso, o governo dos EUA não poderia dar tal “garantia”, já que a decisão sobre o direito à proteção da Primeira Emenda caberia a um tribunal federal e não ao Departamento de Justiça.

O que acabou levando os dois juizes, Jeremy Johnson e Victoria Sharp, a permitir que Assange lançasse um recurso formal de sua extradição por causa do que consideraram uma aparente violação da lei de extradição britânica, baseada na Convenção Europeia de Direitos Humanos, que exige que o país receptor permita a uma pessoa extraditada o direito à liberdade de expressão.

Como assinalou o editor do Consortium News, Joe Lauria, Johnson e Sharp não engoliram o complicado argumento do advogado atuando em nome dos EUA, James Lewis, sobre por que Washington deveria colocar as mãos em Assange, apesar de ser incapaz de garantir sua liberdade de expressão.

Os advogados de Assange, Fitzgerald e Mark Summers, apontaram que Lewis enganou o tribunal ao dizer que a garantia dos EUA permitiria que Assange confiasse na Primeira Emenda, quando, na verdade, dizia apenas que ele poderia “tentar confiar” nela. Eles também evidenciaram que a decisão caberia a um tribunal, não podendo, portanto, ser incluído em uma suposta “garantia”.

Outra contestação havia sido antecipada, pela ex-presidente do Sindicato Nacional dos Advogados, Marjorie Cohn, em entrevista ao Consortium News.

A Lei de Extradição EUA-Reino Unido “proibe a extradição se um indivíduo puder ser prejudicado devido à sua nacionalidade e devido à centralidade da Primeira Emenda para sua defesa”, disse Cohn ao CNN Live! no mês passado. “Se ele não tiver permissão para confiar na Primeira Emenda por causa de sua condição de cidadão estrangeiro, ele será prejudicado, potencialmente muito prejudicado em razão de sua nacionalidade”.

Assange afirma que, se receber direitos da Primeira Emenda, “a acusação será interrompida”, disse Cohn. “A Primeira Emenda é, portanto, de importância central para sua defesa”.

“Se ele tem o direito à liberdade de expressão, então o que ele fez, o que ele é acusado de fazer, não violaria a lei”, acrescentou.

Além disso, o procurador assistente dos EUA, Gordon Kromberg, que está processando Assange, não só não indicou que não apresentaria uma moção contra ele no tribunal quanto ao direito à Primeira Emenda, como disse explicitamente que Assange não é dos EUA. Os cidadãos não têm direitos da Primeira Emenda nos EUA por atos cometidos no exterior.

Ainda não foi definida uma data para o início do apelo de Assange. O editor do Consortium News considerou a decisão uma vitória da supremacia do direito europeu quando se trata a liberdade de expressão, mas não se furtou a registrar o que descreveu como lado amargo.

“Assange pode ficar na prisão mais um ano ou mais, Joe Biden não precisa se preocupar com um jornalista aparecendo acorrentado em Alexandria (Virgínia) durante uma campanha presidencial e, claro, Assange pode perder seu apelo e chegar aos EUA em um momento mais oportuno para Biden”.

E, como foi Trump que abriu o processo de extradição, de que Obama abriu mão (e comutado a pena de Manning), o caso poderia se tornar ainda mais difícil se o resultado em novembro favorecer o bilionário. O que explica o empenho redobrado de Stella Assange, advogados e personalidades que apoiam o jornalista para cobrar de Biden que retire o pedido de extradição.



Ora é um dos modelos mais recentes de carro elétrico chinês (Divulgação)

## EUA exige de todos o "livre comércio" mas quadruplica tarifas sobre carros chineses

O Ministério do Comércio da China (MOFCOM) instou na terça-feira (14) os EUA a cancelarem imediatamente as tarifas adicionais sobre produtos chineses e prometeu tomar medidas resolutas para defender seus direitos, diante do anúncio dos EUA de novos e estratosféricos aumentos das tarifas sobre produtos chineses, em especial os veículos elétricos (EVs).

Agravando a guerra comercial contra a China em curso desde o governo Trump, o governo Biden anunciou novas tarifas na terça-feira sobre vários produtos chineses, incluindo um grande aumento nas taxas sobre veículos elétricos chineses, que será quadruplicada de 25% para 100%. Enquanto isso, exige de todos a prática do "livre comércio" com tarifa zero. A tarifa sobre baterias de íons de lítio EV mais do que triplicará para 25%. Novas tarifas foram acrescidas sobre equipamentos solares e semicondutores. O imposto de importação sobre as células solares chinesas dobrará, de 25% para 50%.

O imposto de importação sobre produtos de aço subirá de 0-7,5% para 25%. Os suprimentos médicos chineses, como seringas e agulhas, enfrentarão tarifas adicionais de 50%. A partir de 2025, as tarifas sobre semicondutores chineses importados saltarão de 25% para 50%.

A escalada das tarifas recai sobre US\$ 18 bilhões em importações da China e, além dos itens já citados, inclui alumínio, equipamentos de proteção individual, minerais críticos e guindastes portuários.

O MOFCOM criticou a medida dos EUA, que classificou de politização e instrumentalização de questões comerciais e um caso típico de manipulação política que afetará seriamente o ambiente para a cooperação bilateral.

A decisão dos EUA de aumentar as tarifas vai contra o compromisso do presidente Biden de não tentar suprimir o desenvolvimento da China e não tentar se desvincular da China. Também não está de acordo com o espírito de consenso alcançado entre os dois chefes de Estado, disse o MOFCOM.

### "MEDIDAS NECESSÁRIAS"

O Ministério das Relações Exteriores da China prometeu nesta terça-feira tomar "todas as medidas necessárias" para salvaguardar os direitos e interesses legítimos do país.

Ao comentar o plano tarifário dos EUA em uma coletiva de imprensa na terça-feira, Wang Wenbin, porta-voz do Ministério das Relações Exteriores da China, disse que a China sempre se opôs a violar as regras da OMC e unilateralmente impor tarifas. "A China tomará todas as medidas necessárias para salvaguardar seus direitos e interesses legítimos", disse Wang.

Washington, cingidamente, acusa a China de conceder subsídios estatais a fabricantes chineses de alta tecnologia – que é exatamente o que os EUA fazem com as chamadas 'Lei de Redução da Inflação' e 'Lei dos Chips' -, bem como de "roubo de propriedade intelectual" e "entrega forçada de tecnologia", quando a China é recordista mundial em patentes e em formação de engenheiros e pesquisadores.

Como observou o Global Times, a principal razão para a posição mais competitiva da China, primeiro na produção de painéis solares e agora em veículos elétricos, não são os subsídios estatais, mas o desenvolvimento de melhores tecnologias e métodos de produção mais eficientes.

Enquanto a China investia em engenharia e inovação, as corporações norte-americanas, imersas no parasitismo financeiro, estavam concentradas em recomprar ações e distribuir dividendos aos acionistas, cujos efeitos são vistos nas indústrias que um dia lideram o mundo, de que a atual decadência da Boeing é um sintoma agudo.

Para o Global Times, o anúncio do governo Biden dá a impressão, não de uma escolha cuidadosa feita a partir de "considerações econômicas legítimas", mas sim de "um show político destinado a conquistar eleitores em um ano eleitoral".

Aliás, depois de Biden anunciar a imposição de 100% na importação aos veículos elétricos chineses, Trump prometeu uma tarifa de "200%".

Para o economista norte-americano Jeffrey Sachs, são três os fatores que levaram à decisão: a política dos estados "pêndulo" no meio-oeste industrial, onde os trabalhadores buscam proteção contra importações, cujo resultado define as eleições presidenciais; a tentativa de reindustrializar após 30 anos de deslocalização da produção industrial; e a tentativa de impedir o desenvolvimento econômico da China.

Na realidade, a China exporta muito poucos EVs para os EUA, com a Geely sendo a única fabricante chinesa de veículos elétricos que exportou para os EUA no primeiro trimestre, de acordo com dados do setor.

Em termos de células solares, as exportações para os EUA representaram apenas menos de 0,1% das exportações totais da China em 2023, de acordo com relatos da mídia. Em termos da indústria solar, ao longo dos anos, a exportação de painéis solares da China para os EUA diminuiu significativamente devido às tarifas exorbitantes.

Leia mais em [www.horadopovo.com.br](http://www.horadopovo.com.br)

# Gaza: Israel prendeu e torturou até a morte diretor do hospital Al Shifa



Dr. Adnan Al Bursh (esquerda) durante atendimento de crianças no Al Shifa

## Falece em acidente de helicóptero o presidente do Irã, Ebrahim Raisi

Segundo a mídia iraniana, o presidente do Crescente Vermelho (Cruz Vermelha do Irã), Pir-Hossein Koliwand, confirmou, nas primeiras horas desta segunda-feira (20), o falecimento do presidente iraniano.

Segundo o informe, não há sobreviventes da queda do helicóptero, que também transportava o ministro do Exterior, Hossein Amir-Abdollahian e o governador da província, Malek Rahmati.

Enquanto o governo turco enviou drones para ajudar na localização do helicóptero acidentado (localizado em região montanhosa e sob forte nevoeiro), o presidente russo, Vladimir Putin, se prontificou a enviar aviões com tecnologia avançada e 50 especialistas em resgate em terreno montanhoso para contribuir com as buscas assim que soube do acidente.

O chefe de Estado iraniano esteve na província onde se encontrou com Ilham Aliyev, presidente do Azerbaijão (país fronteiriço ao Irã) e juntos participaram da inauguração de uma represa no sábado, dia 19. A viagem integrou uma série de visitas pelo país, de acordo com o compromisso



O presidente iraniano, Raisi, ao lado do presidente do Azerbaijão, Aliyev, na inauguração de uma represa

de Raisi de visitar pelo menos uma vez por ano a todas as províncias iranianas, uma de suas promessas de campanha.

A Chancaria iraniana expediu comunicado no qual "a República do Irã expressa sua gratidão aos numerosos governos, povos e órgãos internacionais por sua expressão de emoção e solidariedade para com o governo e o povo do Irã diante do acidente do helicóptero

que transportava o presidente Raisi, assim como agradece as ofertas de ajuda e assistência na operação de busca".

O Conselho Supremo de Segurança Nacional reslizou sessão de emergência com a presença do Ayatolá Ali Khamenei.

Com o falecimento de Raisi, o primeiro vice-presidente, Mohammad Mokhber, deve assumir interinamente o comando do país.



Xi Jinping e Vladimir Putin firmam diversos acordos de cooperação (Sputnik)

## "Atuamos, China e Rússia, por uma ordem mundial mais justa", ressalta Putin em Pequim

O presidente russo Vladimir Putin chegou nesta quarta-feira (15) a Pequim para a primeira viagem ao exterior desde sua reeleição em março, quando conquistou quase 88% dos votos. A visita de Estado terá a duração de três dias: no segundo, Putin permanece na capital chinesa e, no dia 17, visitará a cidade de Harbin, na província de Heilongjiang.

Os dois líderes tiveram uma reunião em formato reduzido e outra mais ampla. Após as conversas, deste dia 16, as partes assinam vários acordos e documentos.

Yuri Ushanov, assessor para questões internacionais do dirigente russo informa que a assinatura do documento conjunto coincide com o 75º aniversário do

estabelecimento de relações diplomáticas entre os dois países.

O documento de 30 páginas, esboça "novas vias de desenvolvimento de todo o conjunto de laços bilaterais e se destaca o papel líder da Rússia e China na configuração de uma ordem mundial justa e democrática", adiantou Ushanov.

"As conversas que se dão um clima amistoso e construtivo manifestam a importância que tanto Moscou quanto Pequim conferem ao desenvolvimento e ao fortalecimento de uma ação global e à cooperação russo-chinesa. Esta associação serve sem dúvida de modelo sobre como devem se construir

os laços entre Estados vizinhos", afirmou Putin, ressaltando que a associação entre os dois países é "uma experiência multifacetada e mutuamente benéfica, o que inclui muitas conquistas importantes em diversas áreas".

Os dois países, prosseguiu Putin, levam a cabo uma política exterior independente e trabalham juntos para criar "uma ordem mundial multipolar mais justa e democrática que deve basar-se no papel central da ONU e seu Conselho de Segurança, no direito internacional, diversidade de culturas e civilizações e um cuidadoso equilíbrio de interesses de todos os participantes da comunidade internacional".

"Para nós, o dr. Al-Bursh foi um símbolo e fonte de inspiração", diz outro médico. "De repente, vemos um homem quebrado, que mal fala. E então recebemos um anúncio vago de que ele morreu na prisão"

Foi morto sob tortura em prisão israelense o ortopedista Adnan Al Bursh, diretor do hospital Al Shifa, invadido pelas tropas de Netanyahu em meio ao genocídio na Faixa de Gaza. Um dos testemunhos das torturas infligidas ao destacado médico é um colega seu que o encontrou em uma prisão perto de Be'er Sheva, cidade que fica à entrada do deserto de Neguev, ao sul de Israel.

"Nós mal o reconhecemos", disseram colegas, que também passaram pela detenção, em declaração anônima ao jornal israelense Haaretz. "Estava claro que ele tinha passado pelo inferno – tortura e humilhações – e privação de sono. Ele sentia dores e sofria com uma forte falta de comida. Nós tentamos falar com ele e acalmá-lo, mas ele estava em choque e parecia assustado e com dor. Ele era uma sombra do homem que conhecíamos".

A Sociedade de Prisioneiros Palestinos já havia anunciado a morte do médico, Dr. Adnan Al-Bursh, aos 50 anos, em 19 de abril, na prisão de Ofer, que fica em território palestino, na Cisjordânia, para onde teria sido transferido.

Questionados pelo Ha-

aretz, as autoridades israelenses, as apelidadas de 'Forças de Defesa de Israel' e o Serviço Prisional de Israel, se recusaram a relatar a causa da morte e ainda não liberaram o cadáver.

O Dr. Al-Bursh foi cirurgião chefe de ortopedia no Hospital Al-Shifa na Cidade de Gaza, quando as forças de invasão o atacaram. Seus colegas relataram como ele foi um médico dedicado no tratamento de feridos sob os bombardeios israelenses. Quando foi ferido por uma das bombas, logo depois de tratado, retornou imediatamente ao trabalho.

Outros médicos, colegas de Al-Bursh, também foram presos pelo exército de Israel e liberados após interrogatórios, relataram.

"Para nós, o Dr. Al-Bursh foi um símbolo, um modelo e fonte de inspiração", disse outro médico. "De repente, vemos um homem quebrado que mal fala ou entende o que está acontecendo ao seu redor. E então recebemos um anúncio vago de que ele morreu na prisão".

Os ministérios de Gaza e Ramallah comunicaram que cerca de 496 membros de equipes médicas foram mortos desde o início da guerra, 1.500 feridos e há 309 detidos pelas tropas da ocupação israelense.

## Biden envia mais US\$ 1 bi em armas a Israel em meio ao massacre em Rafah

No momento em que Netanyahu ordena a suas hordas que avancem com tanques sobre Rafah, e contrariando a enganadora declaração de poucos dias atrás pela qual disse que poderia suspender o fornecimento de armas a Israel, Joe Biden enviou ao Congresso mais um pacote de US\$ 1 bilhão (cerca de R\$ 5,1 bi) em armas para Netanyahu, nesta terça-feira (14).

A informação foi confirmada por uma autoridade dos EUA ouvida pela agência de notícias Reuters. O pacote será composto por 3.500 bombas, e munições para tanques num total de 700 milhões de dólares, 500 milhões de dólares destinados a veículos táticos e 60 milhões para obuses de morteiro.

Os presidentes e membros dos Comitês de Relações Exteriores do Senado e dos Assuntos Exteriores da Câmara revisam os principais acordos estrangeiros de armamentos, mas nada indica que mais esse trecho do financiamento do genocídio na Faixa de Gaza não será aprovado.

Seth Blinder, especialista em vendas de armas nos EUA do Middle East Democracy Center, um instituto político em Washington, disse que a decisão da Casa Branca de prosseguir com um novo e grande pacote de armas para Israel poucos dias depois de suspender um carregamento pendente minou a sua própria tentativa de pressionar Netanyahu para repensar a condução da guerra.

As armas viriam de um importante pacote de 95 bilhões de dólares (488 bilhões de reais) recentemente aprovado pelo Congresso em apoio aos governos pró-imperialistas na Ucrânia, Israel e Taiwan, e a administração Biden disse repetidamente que planejava prosseguir e apropriar-se desses fundos por meio de compras de fabricantes americanos.

### ALERTAS IGNORADOS

Contra os alertas do mundo inteiro, o regime de

Netanyahu/Smotrich/Gvir desencadeou o assalto a Rafah, para onde expulsou a bomba e tiros 1,4 milhão de palestinos, sendo que 450 mil – nas costas de Israel – já foram tangidos para um inóspito campo de concentração perto da costa, cingidamente chamado por um porta-voz da ocupação de "área humanitária em Al-Mawasi".

As forças de ocupação israelenses continuam a fechar as passagens terrestres de Rafah, na fronteira com a República Árabe do Egito, e Karm Abu Salem, a única passagem comercial na Faixa de Gaza.

Pelo nono dia consecutivo, as forças de ocupação continuam a encerrar a passagem de Rafah, o que levou à paralisação total da circulação de passageiros, especialmente doentes e feridos, e à entrada de ajuda humanitária, ou à transferência de ajuda acumulada para o povo da Faixa de Gaza nas zonas sul e norte.

### APELO DE GUTERRES

Há poucos dias, o secretário-geral das Nações Unidas, Antonio Guterres, apelou às autoridades de ocupação para reabrir as passagens de Rafah e Kerem Abu Salem "imediatamente" para permitir a entrada de ajuda humanitária na Faixa de Gaza, e apelou-lhes para parar esta escalada.

"Fechar as duas passagens ao mesmo tempo é particularmente prejudicial para a já desesperada situação humanitária e deve ser reaberta imediatamente", disse Guterres.

O número de mortos na ofensiva israelense na Faixa de Gaza aumentou para 35.233 e 79.141 feridos desde 7 de outubro de 2023, informou o Ministério de Saúde da Palestina.

Na quarta-feira, 60 civis foram assassinados e outros 80 ficaram feridos, durante 6 massacres do exército de ocupação israelense, contra famílias na Faixa de Gaza, nas últimas 24 horas.

Fontes médicas disseram que milhares de vítimas ainda estão sob os escombros nas ruas e as equipes de defesa não conseguem alcançá-las.

# A Revolução de 1930 e a construção do Estado Nacional, por Mamede Said - (1)

“A Revolução de 1930 deixou um notável legado para a ordem jurídica brasileira. As inovações mais significativas se deram durante o período do Governo Provisório (1930-1934), com a Constituição de 1934 consagrando as mudanças que o novo regime logo se apressou em promover”

Mamede Said Maia é professor de direito na UnB e um estudioso dos assuntos que dizem respeito à história do Brasil e sua constituição como uma nação livre e soberana. Ele analisa neste artigo “Era Vargas: Estado e direito administrativo no Governo Provisório”, os avanços obtidos pela sociedade brasileira na Revolução de 1930, liderada por Getúlio Vargas. Seu foco está nas mudanças institucionais introduzidas no país já nos primeiros anos do governo revolucionário, no período que ficou conhecido como “Governo Provisório”.

A linha de pesquisa conduzida pelo professor Mamede Said mostra o grande significado para o país e o seu povo desta que foi uma das revoluções burguesas mais avançadas do mundo. O artigo sustenta que o país deixou de ser uma grande fazenda exportadora de café e

se consolidou como um país moderno, urbano e industrial.

A linha de pensamento do pesquisador da UnB difere bastante da escola “uspiana” de sociologia, que procurou caracterizar este período como um mero “populismo” e alimentou ideologicamente as correntes retrógradas que sempre aspiraram, e aspiram até hoje, enterrar a “Era Vargas” – leia-se, enterrar as grandes conquistas econômicas, sociais e políticas obtidas pelo povo brasileiro.

“A Revolução de 1930 deixou um notável legado para a ordem jurídica brasileira, em particular no que se refere ao surgimento de um direito administrativo autônomo, na esteira da adoção de elementos de racionalização e profissionalização da Administração Pública”, diz o autor.

“As mudanças que o movimento revolucionário promoveu no aparato estatal respondem pelo surgimento do Brasil moderno, tendo sido a partir da década de 30 que o direito administrativo brasileiro experimentou sua maior evolução, fruto do processo de fortalecimento da estrutura estatal e da necessidade de normatização das novas funções de governo”, destacou o estudioso. Confira! S. C.



**HP**  
ESPECIAL

**“A Revolução de 1930 deixou um notável legado para a ordem jurídica brasileira. As inovações mais significativas se deram durante o período do Governo Provisório (1930-1934), com a Constituição de 1934 consagrando as mudanças que o novo regime logo se apressou em promover”. Ao lado, Getúlio Vargas (Foto reprodução)**

## Era Vargas: Estado e direito administrativo no governo provisório

MAMEDE SAID MAIA (\*)

**I**ntrodução  
A Revolução de 1930 deixou um notável legado para a ordem jurídica brasileira, em particular no que se refere ao surgimento de um direito administrativo autônomo, na esteira da adoção de elementos de racionalização e profissionalização da Administração Pública. As mudanças que o movimento revolucionário promoveu no aparato estatal respondem pelo surgimento do Brasil moderno, tendo sido a partir da década de 30 que o direito administrativo brasileiro experimentou sua maior evolução, fruto do processo de fortalecimento da estrutura estatal e da necessidade de normatização das novas funções de governo.

As inovações mais significativas se deram durante o período do Governo Provisório (1930-1934), com a Constituição de 1934 consagrando as mudanças que o novo regime logo se apressou em promover. Fiel ao ideário do movimento, o texto constitucional previa expressamente a extensão da atividade do Estado no âmbito socioeconômico, tendo sido a primeira Constituição brasileira a dispor de um título inteiramente dedicado à ordem econômica e social (Título IV). Como assinala Bonavides (1991, p. 325), foi a Carta que fez surgir o Estado Social brasileiro, na busca de superação das premissas que o Estado Liberal abstencionista gerou na ordem social e econômica.

O advento do paradigma do Welfare State levou o Estado a ampliar consideravelmente seu raio de ação. Em diversos países, desde o século XIX, houve uma ampliação da atuação estatal “para proteger a economia interna, regular seu funcionamento, administrar a luta de classes e exercer controle social” (SEELAENDER, 2021, p. 168). Nesse contexto, o incremento da burocracia do

Estado moderno e a ampliação de sua atuação administrativa, gerando mudanças na vida social, levaram ao surgimento de uma grande massa de novas normas, impulsionando “uma refuncionalização do Direito Administrativo vigente, alterando-o para servir a um Estado interventor cada vez mais presente e visível” (SEE-LAENDER, 2021, p. 168).

No Brasil, o direito administrativo que vigorava no período do Império e da República Velha, como observa Guandalini Junior (2016, p. 250), ressentia-se da inexistência – ou da existência ainda muito incipiente – de uma estrutura administrativa burocrática que possibilitasse a manifestação da vontade do Estado como ente regulador da vida social. Nesse diapasão, o direito administrativo “atuou essencialmente como elemento de fundação e estruturação do Estado brasileiro, desempenhando uma função acessória ao direito constitucional” (GUANDALINI JUNIOR, 2016, p. 252). Diferente do papel específico que desempenhava na Europa, de organizar juridicamente o exercício do recém-criado poder administrativo.

A Proclamação da República, em 1889, proporcionara a organização de uma incipiente estrutura administrativa que se regia, em grande medida, por normas de direito privado. O que prevalecia era uma lógica estatal mínima, na qual a presença do Poder Público só se fazia sentir de forma pontual e assessoria. Foi com a Revolução de 1930 que se criou, no Brasil, uma Administração Pública institucionalizada e um direito administrativo autônomo, que foi aos poucos se desprendendo da influência dos princípios do *common law* que caracterizaram o Direito na Primeira República até se firmar tomando como modelo básico o direito administrativo francês. Essa influência se fez mais evidente no que se refere à teoria dos atos

administrativos, ao atributo da autoexecutoriedade, à responsabilidade civil do Estado, ao conceito de serviço público e às prerrogativas da Administração, mediante as quais lhe foi atribuído um regime jurídico próprio, derogatório e exorbitante das normas de direito comum (DI PIETRO, 2007, p. 7).

Representando o ápice desse processo, a Constituição de 1934, sob a influência da Constituição de Weimar de 1919 e da Constituição espanhola de 1931, consagrou o constitucionalismo social, incorporando em seu texto os direitos que a Era Vargas institucionalizou mediante uma profusão de atos administrativos de caráter normativo, particularmente decretos. O presente artigo busca demonstrar como a construção do Estado Social brasileiro, no bojo das transformações levadas a cabo pela Revolução de 1930, responde pelos principais avanços experimentados pelo direito administrativo na realidade nacional. Face às exigências de regulamentação da sociedade e da economia, a edição de normas de caráter administrativo se fazia necessária para que o projeto intervencionista e centralizador fosse desenvolvido. Tais normas é que deram sustentação ao papel que o Estado, como ente catalisador das mudanças, passou a promover na ordem política, econômica e social.

Nessa linha de raciocínio, este texto analisa inicialmente a conjuntura que fez eclodir a Revolução de 1930 e o protagonismo que o Executivo passou a exercer na criação do aparato normativo da estatalidade nacional. Examina, depois, o arranjo institucional concebido pela Constituição de 1934 para discorrer, ao final, sobre os variados instrumentos legais produzidos pelo Governo Provisório, de forma a constatar sua decisiva contribuição à obra de edificação do novo modelo de Administração Pública que se firmou naquele período histórico. Para isso, utiliza-se de diferentes referenciais teóricos de juristas e historiadores da

materia, além de se deter no escrutinio dos diplomas legais que deram um impulso modernizador ao direito administrativo.

Considerando essas premissas, o artigo propõe as seguintes hipóteses: a) A Revolução de 1930 representou o ponto de inflexão a partir do qual se procurou superar o fracasso do liberalismo da República Velha, submetido ao individualismo e aos regionalismos das oligarquias corruptas; b) Na consideração de que a questão nacional-desenvolvimentista era a tarefa prioritária, os revolucionários de 30 entendiam caber ao Estado ser o artífice da emancipação econômica e social de que o país necessitava; c) O papel dirigente do Estado levou à criação de um grande número de órgãos e pessoas jurídicas públicas e à consequente implantação de uma Administração Pública burocratizada e abrangente, regida por uma pluralidade de normas que a Constituição de 1934 recepcionou; d) A ampliação das competências e atribuições do Executivo fez desse Poder o protagonista no processo de criação do aparato normativo do Estado Nacional.

### 1. O IDEÁRIO DA REVOLUÇÃO DE 1930

O Movimento de 30 foi uma reação ao fracasso do liberalismo da República Velha, incapaz de realizar o projeto de um Estado racional-legal que, conforme as lições emanadas da experiência norte-americana, propunha uma arquitetura institucional na qual o indivíduo-cidadão participaria do poder e o limitaria por meio do voto. A força do poder privado e a fraqueza da esfera pública; as carências do povo na área da educação e da saúde; a economia rural ineficiente e pouco produtiva; o atraso, enfim, do qual o país era refém, era visto como obstáculo à realização da proposta de um Brasil liberal desenhado pela Constituição de 1891 e pactuado pela anacrônica fórmula da política dos governadores.

Três revoltas tenentistas prenunciaram o fim da República Velha e a deflagração da Revolução de 30: a Revolta dos 18 do Forte de Copacabana, em 1922, a Revolta Paulista de 1924 e a Comuna de Manaus, também de 1924. Em todas elas, as reivindicações gravitavam em torno da implantação do voto secreto, de reformas no ensino público, do fim da corrupção e da destituição das oligarquias cafeicultoras de São Paulo e Minas Gerais que dominavam a política nacional. O fracasso desses movimentos não impediu que os militares revoltosos se reunissem, depois, na Coluna Prestes, que durante dois anos (de 1925 a 1927) percorreu treze estados brasileiros ao longo de 25 mil quilômetros, buscando levantar a população contra a ordem política vigente, em uma verdadeira guerra de movimento.

Nesse contexto de insatisfação e instabilidade que açodava os quartéis e a cena político-institucional formou-se a Aliança Liberal, coligação oposicionista que lançou Getúlio Vargas a presidente nas eleições de 1930. As propostas da Aliança reproduziam, em grande medida, as reivindicações dos movimentos tenentistas, incluindo, ainda, a anistia dos tenentes insurretos, a garantia da independência do Poder Judiciário, com a designação de magistrados para a presidência das mesas eleitorais, e a adoção de medidas econômicas de caráter protecionista que ampliassem o leque dos produtos de exportação para além da monocultura do café.

Particularmente a partir do pós-guerra e da Grande Depressão de 1929 ocorreu em diversos países – e entre os intelectuais que refletiam sobre o Brasil de então, como Azevedo Amaral, Oliveira Vianna e Francisco Campos –, um afastamento, mais ou menos radical, do paradigma clássico de Estado liberal. A crise de 1929 afetara profundamente a estrutura econômica brasileira, com a baixa dos preços do café e a retração do mercado consumidor, que justificou a necessidade de o governo atuar como

agente regulador, no esforço pela industrialização e pela diversificação do setor produtivo (ALBUQUERQUE, 1981, p. 461). Entretanto, para além do aspecto econômico-financeiro, o Estado liberal era considerado, no plano político-institucional, mera ficção, como o eram os procedimentos a ele associados: eleições, partidos, Parlamento.

Em manifesto de maio de 1930, Luiz Carlos Prestes, o mais emblemático líder do movimento tenentista, diagnosticava que “uma simples mudança de homens, um voto secreto, promessas de liberdade eleitoral, de honestidade administrativa, de respeito à Constituição e moeda estável e outras panaceias, nada resolvem”. No seu entender, era “irrisório” falar em liberdade eleitoral quando não havia independência econômica, e assim “o governo dos coronéis, chefes políticos, donos da terra, só podia ser o que aí temos: opressão política e exploração impositiva” (PRESTES, 1930).

No outro lado do espectro político, Oliveira Vianna, expressando o ambiente conturbado da década de 1920, também manifestara seu desencanto com o funcionamento da “República Nova”. Em O ocaso do Império, de 1925, dizia que o regime instaurado em 1889 “não deu nenhuma satisfação às nossas aspirações democráticas e liberais: nenhuma delas conseguiu ter realidade dentro da organização política vigente” (VIANNA, 2006, p. 87). No centenário da Independência, em 1922, quando se deu o traslado, de Portugal para o Brasil, dos restos mortais de Dom Pedro II, houve protestos republicanos, mas, como diz José Murilo de Carvalho, também republicanos desencantados passaram a avaliar o que havia de positivo no antigo regime. Os festejos da Independência se deram com pompa, “mas não sem manifestações voltadas para a necessidade de republicanizar um regime já tido, mesmo por republicanos, como corrompido” (CARVALHO, 2006, p. IX).

Continua na próxima edição